

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A.	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
4 - NIRE 35.300.144.112		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO ALAMEDA GRAJAU, 219		2 - BAIRRO OU DISTRITO ALPHAVILLE	
3 - CEP 06454-050	4 - MUNICÍPIO BARUERI		5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 2184-7600	8 - TELEFONE -	9 - TELEFONE -
11 - DDD 011	12 - FAX 2184-7799	13 - FAX -	14 - FAX ..
15 - E-MAIL www.cielo.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME MARCOS GRODETSKY			
2 - ENDEREÇO COMPLETO ALAMEDA GRAJAU, 219		3 - BAIRRO OU DISTRITO ALPHAVILLE	
4 - CEP 06454-050	5 - MUNICÍPIO BARUERI		6 - UF SP
7 - DDD 011	8 - TELEFONE 2184-7600	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -
12 - DDD 011	13 - FAX 2184-7799	14 - FAX -	15 - FAX -
16 - E-MAIL ri@cielo.com.br			

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	3	01/07/2010	30/09/2010	4	01/10/2009	31/12/2009
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR DELOITTE TOUCHE TOMATSU						10 - CÓDIGO CVM 00385-9	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO WALTER DALSSASSO						12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 531.252.408-59	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A.	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 31/12/2009	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	1.364.784	1.364.784	1.364.784
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	1.364.784	1.364.784	1.364.784
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	4.548	4.720	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	4.548	4.720	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1280 - Intermediação Financeira
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL Credenciamento de Estabelecimentos e captura de transações comerciais e financeiras realizadas com cartões de pagamento.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
01	RCA	04/03/2010	Dividendo	31/03/2010	ON	0,5213000000
02	RCA	04/03/2010	Juros Sobre Capital Próprio	31/03/2010	ON	0,0072000000
03	RCA	01/09/2010	Dividendo	30/09/2010	ON	0,5690000000
04	RCA	01/09/2010	Juros Sobre Capital Próprio	30/09/2010	ON	0,0120000000

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A.	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1-ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	30/04/2010	100.000	24.921	Reserva de Lucro	0	0,000000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 03/11/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A.	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
1	Ativo Total	3.549.426	2.967.826
1.01	Ativo Circulante	2.358.670	1.886.675
1.01.01	Disponibilidades	245.816	514.280
1.01.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	245.816	514.280
1.01.02	Créditos	2.105.770	1.366.499
1.01.02.01	Clientes	2.017.382	1.197.232
1.01.02.01.01	Contas a Receber Operacional	2.001.502	1.178.784
1.01.02.01.02	Outros Valores a Receber	15.880	18.448
1.01.02.02	Créditos Diversos	88.388	169.267
1.01.02.02.01	Impostos Antecipados e a Recuperar	3.534	2.503
1.01.02.02.02	Direitos a receber - securitização exter	83.406	163.850
1.01.02.02.03	Juros a receber - securitização exterior	1.448	2.914
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	7.084	5.896
1.01.04.01	Despesas Pagas Antecipadamente	7.084	5.896
1.02	Ativo Não Circulante	1.190.756	1.081.151
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	705.430	721.334
1.02.01.01	Créditos Diversos	705.430	721.334
1.02.01.01.01	Direitos a receber - securitização no ex	0	42.445
1.02.01.01.02	Imp. de Renda e Contrib. Social Diferido	242.461	222.000
1.02.01.01.03	Depósitos Judiciais	461.893	455.292
1.02.01.01.04	Outros Valores a Receber	1.076	1.597
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	485.326	359.817
1.02.02.01	Investimentos	12	214
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	12	214
1.02.02.02	Imobilizado	374.995	296.121
1.02.02.03	Intangível	110.319	63.482
1.02.02.03.01	Intangível	40.088	41.284
1.02.02.03.02	Ágio na Aquisição de Investimentos	70.231	22.198

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A.	01.027.058/0001-91

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 31/12/2009
2	Passivo Total	3.549.426	2.967.826
2.01	Passivo Circulante	2.166.301	1.553.141
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	176.856	116.443
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	334.518	416.945
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	105.365
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	1.654.927	914.388
2.01.08.01	Contas a Pagar a Estabelecimentos	1.488.428	667.522
2.01.08.03	Obrigações a pagar - securitização no ex	83.406	163.911
2.01.08.04	Juros a pagar - securitização no ex	1.448	2.914
2.01.08.05	Outras Obrigações	81.645	80.041
2.02	Passivo Não Circulante	529.921	554.256
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	529.921	554.256
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	499.471	511.578
2.02.01.03.01	Provisão para Contingências	499.471	511.578
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	30.450	42.678
2.02.01.06.01	Obrigações a pagar - securitização no ex	0	42.445
2.02.01.06.02	Outras Obrigações	30.450	233
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	2.710	0
2.05	Patrimônio Líquido	850.494	860.429
2.05.01	Capital Social Realizado	100.000	75.379
2.05.02	Reservas de Capital	10.807	3.077
2.05.02.01	Reservas de Capital	80.403	72.305
2.05.02.02	Ações em Tesouraria	(69.596)	(69.228)
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	163.836	15.076
2.05.04.01	Legal	20.000	15.076
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A.	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -31/12/2009
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	143.836	0
2.05.04.07.01	Reserva de orçamento de capital	143.836	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	575.851	766.897
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A.	01.027.058/0001-91

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	1.156.426	3.299.607	972.265	2.768.297
3.01.01	Receita de Comissões	812.767	2.287.421	668.278	1.882.259
3.01.02	Receita de Aluguel	295.731	894.353	268.070	785.141
3.01.03	Receita de Prestação de Serviços	47.928	117.833	35.917	100.897
3.02	Deduções da Receita Bruta	(125.362)	(345.344)	(104.590)	(291.487)
3.02.01	Impostos sobre Serviços	(125.362)	(345.344)	(104.590)	(291.487)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	1.031.064	2.954.263	867.675	2.476.810
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(317.062)	(826.179)	(244.324)	(684.912)
3.05	Resultado Bruto	714.002	2.128.084	623.351	1.791.898
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	2.388	(42.629)	(24.561)	(120.285)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(108.827)	(310.646)	(91.682)	(282.391)
3.06.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	(39.268)	(105.737)	(42.890)	(104.383)
3.06.02.02	Despesa com Pessoal	(42.753)	(117.236)	(34.944)	(97.026)
3.06.02.04	Marketing	(27.792)	(85.259)	(20.330)	(47.279)
3.06.02.05	Outras (despesas) receitas operacionais	986	(2.414)	6.482	(33.703)
3.06.03	Financeiras	111.215	268.017	67.121	162.106
3.06.03.01	Receitas Financeiras	127.550	363.401	66.960	219.124
3.06.03.01.01	Receitas Financeiras	13.171	44.582	17.239	66.493
3.06.03.01.02	Receita c/ Antecipação de Receíveis	114.379	318.819	49.721	152.631
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(16.335)	(95.384)	161	(57.018)
3.06.03.02.01	Despesas Financeiras	(8.524)	(29.696)	(7.352)	(29.501)
3.06.03.02.02	Despesas de ajuste a valor presente	(8.022)	(66.596)	7.018	(28.843)
3.06.03.02.03	Variação cambial, líquida	211	908	495	1.326
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	0	0	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A.	01.027.058/0001-91

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.07	Resultado Operacional	716.390	2.085.455	598.790	1.671.613
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	716.390	2.085.455	598.790	1.671.613
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(241.343)	(719.493)	(218.239)	(634.833)
3.11	IR Diferido	13.430	20.448	16.120	57.904
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(419)	(419)	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	488.058	1.385.991	396.671	1.094.684
	NUMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	1.360.236	1.360.236	1.364.784	1.364.784
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,35880	1,01893	0,29065	0,80209
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - Identificação

1 - Código CVM	2 - Denominação Social	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A.	01.027.058/0001-91

10.01 - Demonstração do Fluxo de Caixa Consolidado - Método Indireto (Reais Mil)

1 - Código	2 - Descrição	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	947.254	1.487.987	420.934	669.907
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	810.102	2.400.048	673.635	1.936.703
4.01.01.01	Lucro antes do IR e ds CS	716.390	2.085.455	598.790	1.671.613
4.01.01.02	Depreciações e amortizações	49.454	140.273	40.547	116.760
4.01.01.03	Custo resid. imob. intag. bx/alienado	4.544	7.040	662	4.582
4.01.01.05	Provisão (rev) perdas com imob e intag	(297)	3.619	839	6.173
4.01.01.06	Baixa de outros investimentos	0	202	0	0
4.01.01.07	Opções de ações outorgadas	2.868	8.098	1.682	1.682
4.01.01.08	Perda com aluguel de equipamentos	5.513	13.476	4.477	11.059
4.01.01.09	Provisão para contingências	23.608	75.289	33.466	95.981
4.01.01.10	Ajuste a valor presente do contas a rece	8.022	66.596	(7.016)	28.843
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	317.509	(105.324)	(125.306)	(691.745)
4.01.02.01	Contas a receber operacional	(333.416)	(883.675)	(158.036)	(711.982)
4.01.02.02	Impostos antecipados e a recuperar	1.824	(1.031)	(1.381)	(13.233)
4.01.02.03	Outros valores a receber	47.791	128.771	68.549	282.376
4.01.02.04	Depósitos judiciais	(26.553)	(93.655)	(33.666)	(96.966)
4.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	(172)	(1.188)	1.337	(3.188)
4.01.02.06	Contas a pagar a estabelecimentos	604.799	807.430	55.556	94.499
4.01.02.07	Fornecedores	45.419	54.391	(9.393)	2.082
4.01.02.08	Impostos e contribuições a recolher	5.275	3.371	1.741	(4.366)
4.01.02.09	Outras obrigações	(26.732)	(119.396)	(48.549)	(190.169)
4.01.02.10	Provisão para contingências	(124)	(342)	(1.464)	(749)
4.01.03	Outros	(180.357)	(806.757)	(127.395)	(575.051)
4.01.03.01	Juros recebidos	2.269	8.747	4.789	18.239
4.01.03.02	Juros pagos	(2.269)	(8.747)	(4.789)	(18.239)
4.01.03.03	IR e CS pagos	(180.357)	(806.757)	(127.395)	(575.051)
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(125.954)	(248.024)	(76.666)	(176.451)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A.	01.027.058/0001-91

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 30/09/2009 a 30/09/2009	7 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.02.01	Aquis participação em "joint venture"	(22.983)	(22.983)	0	0	(13.592)
4.02.03	Aquis controladas pela "joint venture"	0	0	1.007	0	(4.360)
4.02.04	Adições ao imobilizado e intangível	(102.971)	(225.041)	(77.673)	0	(158.509)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(786.525)	(1.508.407)	(328.333)	0	(1.204.918)
4.03.01	Financiamentos - arrendamento mercantil	0	0	0	0	(401)
4.03.02	Divid e juros s/ o capital próprio pagos	(790.140)	(1.509.021)	(328.333)	0	(1.204.517)
4.03.03	Ações em tesouraria	0	(3.001)	0	0	0
4.03.04	Opções de ações exercidas	2.633	2.633	0	0	0
4.03.05	Participação de minoritários	(2.291)	(2.291)	0	0	0
4.03.06	Caixa proveniente de control adquirida	3.273	3.273	0	0	0
4.04	Varição Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	34.775	(268.464)	15.935	0	(711.462)
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	211.041	514.280	344.760	0	1.072.157
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	245.816	245.816	360.695	0	360.695

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A.	01.027.058/0001-91

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DOS CONTROLADORES	10 - PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	11 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	100.000	5.306	0	163.836	877.933	0	1.147.075	0	1.147.075
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	100.000	5.306	0	163.836	877.933	0	1.147.075	0	1.147.075
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	488.058	0	488.058	419	488.477
5.05	Destinações	0	2.869	0	0	(790.140)	0	(787.271)	0	(787.271)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(773.941)	0	(773.941)	0	(773.941)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(16.199)	0	(16.199)	0	(16.199)
5.05.03	Outras Destinações	0	2.869	0	0	0	0	2.869	0	2.869
5.05.03.01	Opção de ações outorgadas	0	2.869	0	0	0	0	2.869	0	2.869
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	2.632	0	0	0	0	2.632	0	2.632
5.11.01	Opções de ações exercidas	0	2.632	0	0	0	0	2.632	0	2.632
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0	2.291	2.291
5.12.01	Ação não-control s/entidades consolidad	0	0	0	0	0	0	0	2.291	2.291
5.13	Saldo Final	100.000	10.807	0	163.836	575.851	0	850.494	2.710	853.204

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02173-3	CIELO S.A.	01.027.058/0001-91

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - PARTICIPAÇÃO TOTAL DOS CONTROLADORES	10 - PARTICIPAÇÃO DOS NÃO CONTROLADORES	11 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	75.379	3.077	0	15.076	766.897	0	860.429	0	860.429
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	75.379	3.077	0	15.076	766.897	0	860.429	0	860.429
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	1.385.991	0	1.385.991	419	1.386.410
5.05	Destinações	0	8.098	0	0	(1.403.656)	0	(1.395.558)	0	(1.395.558)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(1.377.716)	0	(1.377.716)	0	(1.377.716)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(25.940)	0	(25.940)	0	(25.940)
5.05.03	Outras Destinações	0	8.098	0	0	0	0	8.098	0	8.098
5.05.03.01	Opção de ações outorgadas	0	8.098	0	0	0	0	8.098	0	8.098
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	24.621	0	0	(15.076)	(9.545)	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	163.836	(163.836)	0	0	0	0
5.09.01	Reserva de orçamento de capital	0	0	0	143.836	(143.836)	0	0	0	0
5.09.02	Reserva Legal	0	0	0	20.000	(20.000)	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	(3.000)	0	0	0	0	(3.000)	0	(3.000)
5.11	Outras Transações de Capital	0	2.632	0	0	0	0	2.632	0	2.632
5.11.01	Opções de ações exercidas	0	2.632	0	0	0	0	2.632	0	2.632
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0	2.291	2.291
5.12.01	Ação não-control s/entidades consolidad	0	0	0	0	0	0	0	2.291	2.291
5.13	Saldo Final	100.000	10.807	0	163.836	576.851	0	850.494	2.710	853.204

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Brasileira de Meios de Pagamento, que teve sua razão social alterada para Cielo S.A. (“Sociedade”), conforme aprovação em Assembleia Geral Extraordinária de 14 de dezembro de 2009, foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos e a captura de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais.

Em 23 de janeiro de 2003, a Sociedade constituiu uma filial em Grand Cayman, Ilhas Britânicas Ocidentais, (nota explicativa nº 22), com o propósito específico da realização no exterior de uma operação de securitização do fluxo de direitos creditórios denominados em moeda estrangeira (notas explicativas nº 7, nº 18 e nº 22).

O contexto operacional das controladas e das controladas em conjunto é como segue:

Controladas diretas:

- Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”) - o objeto social da Servinet consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet; e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- Servrede Serviços S.A. (“Servrede”) - o objeto social da Servrede é a prestação de serviços de gerenciamento de tecnologia de rede, incluindo transmissão de dados e informações, soluções corporativas, sistemas de comunicação privada e processamento eletrônico de pagamentos, além de prestação de serviços de aplicativos e “data center”, bem como o desenvolvimento de outras atividades correlatas no setor de serviços julgadas de seu interesse e a participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- CBGS - Gestão e Processamento de Informações de Saúde Ltda. (“CBGS Ltda.”) - tem como objeto social a prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadoras de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde, em plataforma tecnológica única; a prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, emissão de cartões, atendimentos de “call center” e outras soluções; a prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; a

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

locação ou comercialização de leitores de cartões, outros equipamentos de informática utilizados na prestação de seus serviços e assistência técnica; e a participação em outras sociedades como sócia, acionista ou cotista.

Em novembro de 2009, a CBGS Ltda. foi incorporada pela CBGS, então sua controlada em conjunto, a valores contábeis e com data-base 31 de outubro de 2009.

- CieloPar Participações Ltda. (“CieloPar”) - tem como objeto social a participação em outras sociedades como sócia, quotista ou acionista. Em 30 de setembro de 2010 a CieloPar permanecia sem operações.
- Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“Orizon”), anteriormente denominada Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda. - o objeto social da Orizon consiste na consultoria e no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte (“back office”) para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias, em plataforma tecnológica única; na prestação de serviços de digitalização e automatização de processos, emissão de cartões, atendimento em “call center” e outras soluções; na prestação de serviços de leitura de informações de cartões e roteamento de transações não financeiras; na locação ou comercialização de leitoras de cartões, outros equipamentos e sistemas de informática utilizados na prestação de seus serviços, bem como na prestação de assistência técnica a referidos equipamentos; e na participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

Controladas indiretas

- Prevsáude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. (“Prevsáude”) – controlada da Orizon, tem como objeto social da Prevsáude a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A Prevsáude administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. (“Precisa”) controlada da Orizon tem como objeto social a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada. A Precisa é uma “farmácia” voltada para atender aos clientes da Prevsáude, com foco principal nos pacientes crônicos. Ela é responsável pela entrega de medicamentos de administração recorrente aos clientes da Prevsáude com doenças

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

crônicas, tais como diabetes, câncer e problemas cardíacos e de pressão, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.

- Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) – controlada da Servrede tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, comércio de recarga de aparelhos celulares ou fixos, prestação de serviços de consultoria em tecnologia, desenvolvimento e licenciamento de software, comércio de produtos e prestação de serviços tecnológicos e representação comercial.
- M4 Produtos e Serviços S.A. (“M4”) – controlada da Multidisplay tem como objeto social: a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa, telefonia celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.
- Companhia Brasileira de Gestão de Serviços (“CBGS”) - o objeto social da CBGS era a prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica e outros serviços correlatos entre operadoras de saúde, prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar, bem como indústrias farmacêuticas, laboratórios, distribuidores, atacadistas, empresas do gênero, estipulantes, empresas usuárias de planos de saúde e drogarias, entre outros, além de seguradoras em plataforma tecnológica; e a participação em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou cotista.

Em dezembro de 2009, a CBGS foi incorporada pela Orizon, então sua controlada em conjunto, a valores contábeis e com data-base 30 de novembro de 2009.

Reestruturação em controladas - Projeto Saúde

Em 28 de agosto de 2006, a Sociedade constituiu a CBGS Ltda., que atua no setor de saúde.

Em 8 de novembro de 2006, a Sociedade, através de sua controlada CBGS Ltda., a Bradesco Saúde S.A. (“Bradesco Saúde”) e a Caixa de Assistência dos Funcionários do Banco do Brasil (“Cassi”) assinaram Acordo de Investimentos, visando à atuação em conjunto no segmento de prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica e outros entre operadores e prestadores de serviços de saúde. Por esse acordo, a Bradesco Saúde e a Cassi constituíram a CBGS e garantiram a essa nova empresa o acesso a seu cadastro de clientes para a prestação dos referidos serviços com exclusividade. A controlada CBGS Ltda. comprometeu-se a adquirir participação equivalente a 40,95% do capital social da CBGS por R\$139.045, por meio de novos

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

aportes de capital através da conferência de bens.

Em 28 de dezembro de 2006, foi constituída pela Bradesco Saúde (70,87%) e pela Cassi (29,13%) a CBGS, com capital social de R\$1.000, totalmente subscrito e integralizado em dinheiro. O capital social da CBGS está dividido em 1.000.000 de ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

Em 2 de janeiro de 2008, a CBGS subscreveu, em favor da controlada CBGS Ltda., 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045.

A integralização desse montante, que dá direito à controlada CBGS Ltda. de deter 40,95% de participação naquela companhia, ocorreu através da transferência de participações em companhias e em dinheiro. Dessa forma, considerando que a formação de “joint venture” é especificamente excluída do escopo do IFRS 3 - Combinação de negócios, a transferência de participação acionária para a CBGS (“joint venture”) foi contabilizada pelos mesmos valores contábeis que estavam registrados na CBGS Ltda. (“venturer”), tendo o ganho de capital sido contabilizado no consolidado da Sociedade de acordo com o IAS 31 - Participações em “Joint Ventures” e o SIC 13 - Entidades de Controles Compartilhados - Contribuições de Ativos Não Monetários pelo “Venturer”. Portanto, esses Pronunciamentos requerem que o reconhecimento do ganho ou da perda reflita a substância da transação, ou seja, quando os ativos são retidos pela “joint venture” e o “venturer” transfere significativamente os riscos e benefícios da propriedade para a “joint venture”, o “venturer” deve reconhecer somente a porção do ganho ou da perda atribuída à participação dos outros “venturers”.

A integralização pela CBGS Ltda. do montante mencionado ocorreu detalhadamente da seguinte forma:

- R\$60.773 por meio da entrega imediata de 46.661.888 cotas da Polimed Ltda. (“Polimed”), atualmente denominada Orizon, cujo valor patrimonial em 31 de dezembro de 2007 era de R\$39.339, com a geração de ganho de capital no montante de R\$21.434. Nas demonstrações financeiras consolidadas, esse ganho de capital foi eliminado na proporção da participação da CBGS Ltda. no capital social da controlada CBGS.
- R\$10.918 por meio da entrega imediata de 1.709.999 cotas da Dativa Conectividade em Saúde Ltda (“Dativa”), cujo valor patrimonial em 31 de dezembro de 2007 era de R\$11.005, com a geração de perda de capital no montante de R\$87 (incorporada pela então controladora Orizon em 29 de maio de 2.008).
- R\$67.354 a serem integralizados em até dois anos, por meio da entrega de bens suscetíveis de avaliação em dinheiro e/ou moeda corrente nacional, os quais seriam corrigidos pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

acrescido de 11,85% ao ano, “pro rata die”, desde a data do ato até a data da respectiva integralização, sendo contabilizados pela CBGS Ltda. na rubrica “Contas a pagar para ‘joint venture’” e na rubrica “Contas a receber” da CBGS. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo foi totalmente integralizado.

Após a subscrição de ações, a composição acionária da “joint venture” CBGS ficou da seguinte forma:

	<u>%</u>
CBGS Ltda.	40,95
Bradesco Saúde	41,85
Cassi	17,20

Conforme o Acordo de Acionistas, as deliberações societárias e a aprovação de novos investimentos requerem a maioria de aprovação pelos acionistas; consequentemente, a CBGS foi classificada como uma controlada em conjunto (“joint venture”) e suas demonstrações financeiras foram contabilizadas pela Sociedade pelo método de consolidação proporcional, conforme recomendado pelo IAS 31.

Em 16 de março de 2009, a controlada em conjunto CBGS adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital da Prevsáude e da Precisa, conforme apresentado a seguir:

	<u>Prevsáude</u>	<u>Precisa</u>
Ativos (passivos) líquidos adquiridos	1.628	(2.381)
Preço total de compra considerado	<u>9.000</u>	<u>1.000</u>
Ágio	<u>7.372</u>	<u>3.381</u>

A Prevsáude presta serviço de benefício farmacêutico, voltado para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios. A empresa administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.

A Precisa é uma “farmácia” voltada para atender aos clientes da Prevsáude, com foco principal nos pacientes crônicos. Ela é responsável pela entrega de medicamentos de administração recorrente aos clientes da Prevsáude com doenças crônicas, tais como diabetes, câncer e problemas cardíacos e de pressão, o que permite monitorar a entrega e o consumo do medicamento, aumentando a efetividade do tratamento.

Essas aquisições estão em linha com a estratégia da Sociedade de expansão dos negócios no segmento de saúde.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em novembro de 2009, a controlada direta CBGS Ltda. foi incorporada pela controlada indireta CBGS e em 1º de dezembro de 2009 a CBGS foi incorporada pela Orizon.

Como resultado das incorporações, todas as operações das incorporadas foram transferidas para as incorporadoras, que sucederam as incorporadas em todos os seus bens, direitos e obrigações, a título universal e para todos os fins de direito, sem nenhuma solução de continuidade, com a conseqüente extinção das incorporadas.

Aquisição de controladas – Multidisplay e M4 Produtos

Em 2 de agosto de 2010, através da controlada direta Servrede, a Sociedade adquiriu o controle da Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”) e da sua controlada integral M4 Produtos e Serviços S.A. (“M4 Produtos”), que juntas formam a M4U, empresa brasileira pioneira e líder no desenvolvimento de plataformas tecnológicas tanto para recarga de celulares como para pagamentos móveis.

O principal objetivo da M4U é a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou móvel, comércio de recarga de aparelhos móveis ou fixos, prestação de serviços tecnológicos e consultoria em tecnologia, desenvolvimento de software e representação comercial. A aquisição de 50,1% do capital social da M4U se deu pelo valor de R\$50.100, do qual R\$25.050 foram pagos na data da aquisição e o saldo remanescente, registrado como “Outras obrigações” no passivo não circulante, será pago em até 37 meses da data de fechamento, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de performance financeira, pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

Acordo de investimentos – Joint venture Paggo Soluções

Em 29 de setembro de 2010, a Sociedade, as empresas do conglomerado OI (Tele Norte Leste Participações S.A. (“TNL”), Telemar Norte Leste S.A. (“TMAR”) e Brasil Telecom S.A. (“BrT”), denominadas em conjunto “OI”) e o Banco do Brasil S.A. (“BB”), celebraram acordo com o objetivo de estabelecer uma parceria comercial para emissão de cartões de crédito “co-branded” e pré-pagos, além de outros meios de pagamento no formato tradicional ou que utilizem a tecnologia Mobile Payment para a base de clientes atual e futura da OI e da Oi Paggo Administradora de Crédito Ltda. (“Oi Paggo”), compartilhando o conhecimento e a experiência de cada uma das partes em suas áreas de atuação, com ênfase na ampliação e fidelização de suas respectivas bases de clientes.

Adicionalmente, nessa data, a Sociedade, a TNL e a Paggo Acquirer Gestão de Meios de Pagamento Ltda. (“Paggo Acquirer”, sociedade controlada pela TNL) celebraram um Acordo de Investimento com o objetivo de regular a participação da Paggo

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Acquirer e da Sociedade através de sua controlada Cielo Participações Ltda. (“Cielo Par”) em uma nova sociedade denominada Paggo Soluções de Meios de Pagamento S.A. (“Paggo Soluções”). A Paggo Acquirer e a Sociedade deterão, cada uma, 50% do capital social da Paggo Soluções. A Paggo Soluções será dedicada à condução de atividades de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira de transações comerciais com a tecnologia de Mobile Payment originadas ou concluídas em dispositivos de telefonia celular; e promoverá o credenciamento dos atuais e de novos lojistas à sua rede de aquisição de transações originadas em dispositivos de telefonia celular, por meio dos relacionamentos já mantidos pela Sociedade e pela Paggo Acquirer em todo território nacional.

As operações acima serão apresentadas às autoridades brasileiras de defesa da concorrência nos termos e prazos previstos na legislação em vigor e espera-se que essas operações sejam implementadas no prazo aproximado de seis meses a contar da data dos acordos firmados.

Início do cenário multibandeira

O mercado de cartões, especificamente o setor de credenciamento, passou a viver um novo cenário competitivo a partir de 1º de julho de 2010, data a partir da qual as adquirentes passaram a capturar e processar as transações das principais bandeiras de cartão de crédito. Essa mudança contemplou duas recomendações sugeridas pelo grupo formado pelo BACEN, pela Secretaria de Direito Econômico - SDE e pela Secretaria de Acompanhamento Econômico - SEAE: a abertura da atividade de credenciamento e a interoperabilidade de POS.

A Sociedade, a partir de 1º de julho de 2010, passou a capturar e processar transações da bandeira MASTERCARD. Outras parcerias também já foram anunciadas com a bandeira AMEX (Banco Bankpar S.A. e Tempo Serviços Ltda.) e com bandeiras nacionais, tais como AURA (parte da operação da MASTERCARD no Brasil) e SOROCRED (Sorocred Meios de Pagamento Ltda.). Adicionalmente, no terceiro trimestre de 2010 foi anunciada parceria operacional com a Caixa Econômica Federal (“CEF”) e com o HSBC Bank Brasil S.A..

O posicionamento da Sociedade no mercado de cartões de benefícios também foi fortalecido com a parceria anunciada com a empresa Ticket, inicialmente, para os produtos Ticket Refeição e Ticket Alimentação. Logo, além de continuar oferecendo a bandeira VISAVALE, a Sociedade passou a oferecer também a bandeira TICKET.

No quarto trimestre de 2010, a Sociedade iniciará a captura da bandeira ELO, resultado da parceria entre o Banco do Brasil, Banco Bradesco e CEF, a qual apresenta grande potencial para se tornar uma das mais importantes bandeiras do mercado brasileiro.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), emitidas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade (“International Financial Reporting Interpretations Committee - IFRIC”) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos. Os caixas e equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros mensurados a valor justo, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

2.4. Contas a receber dos bancos emissores e contas a pagar a estabelecimentos comerciais (transações pendentes de repasse)

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos deduzidos das taxas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano (vide nota explicativa nº 13).

2.5. Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados anualmente.

O valor residual dos itens do imobilizado é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual exceder o valor recuperável.

2.6. Intangível

Demonstrado pelo custo de aquisição ou formação, deduzido das respectivas amortizações calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na nota explicativa nº 11. Os ativos intangíveis são amortizados geralmente levando em conta a sua utilização efetiva ou um método que reflita os benefícios econômicos esperados, considerando que têm vida útil definida, ou bases sistemáticas de amortização mensal. O valor residual dos itens do intangível é baixado imediatamente ao seu valor recuperável quando o saldo residual excede o valor recuperável.

2.7. Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e o intangível a serem mantidos e utilizados nas operações da Sociedade, com o objetivo de determinar e avaliar a deterioração em bases periódicas ou sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Anualmente, são feitas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a potencial perda no seu valor recuperável. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a respectiva vida remanescente estimada. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior entre: (a) o valor justo dos ativos menos os custos estimados para venda, e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa. Em 31 de dezembro de 2009, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de reconhecimento de

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

provisão para perdas e, portanto, nenhuma provisão para perda foi consignada nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo naquela data.

2.8. Investimentos em “joint ventures” (empresas com controle compartilhado) e controladas

“Joint ventures” são aquelas entidades nas quais o controle é exercido conjuntamente pela Sociedade e por um ou mais sócios. Os investimentos em “joint ventures” são reconhecidos pelo método de consolidação proporcional, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido. De acordo com esse método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das “joint ventures” são somados às posições contábeis consolidadas, na proporção da participação do investidor em seu capital social.

Controlada é a entidade, incluindo aquela não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. A preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores de modo permanente ocorrem, presumidamente, quando a empresa investidora possui o controle acionário representado por mais de 50% do capital votante da outra sociedade. Neste método, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das controladas indiretas são somados às posições contábeis consolidadas integralmente e o valor patrimonial da participação dos não controladores, determinado pela aplicação do percentual de participação dos mesmos sobre o patrimônio líquido da controlada.

2.9. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade, conforme o conceito descrito no IAS 12 - Impostos sobre o lucro, sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados.

2.10. Benefícios a empregados

A Sociedade e suas controladas são copatrocinadoras de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Esse benefício é registrado conforme o IAS 19 - Benefícios a empregados.

2.11. Ativos e passivos financeiros

a) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra conjuntamente e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do período. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se do método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

da avaliação ao valor justo são reconhecidas em conta específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do período no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método dos juros efetivos

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados pelo valor justo através do resultado ou como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra conjuntamente e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ambos, o qual seja administrado e cuja “performance” seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.

- Formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o IAS 39 permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

Outros passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. A taxa de juros efetiva é a taxa que exatamente desconta pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.12. Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data do processamento das transações. As receitas decorrentes da captura das transações parceladas com cartões de crédito são apropriadas ao resultado na data do processamento de cada parcela. A receita de serviços prestados para parceiros e estabelecimentos é reconhecida no resultado quando da prestação de serviços. A receita com o repasse antecipado aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “pro rata temporis”, considerando os seus prazos de vencimento.

2.13. Provisões para contingências

Reconhecidas quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação nas datas dos balanços, levando em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões contabilizadas pela Sociedade decorrem substancialmente de processos judiciais, inerentes ao curso normal dos negócios, movidos por terceiro se ex-funcionários, mediante ações cíveis e trabalhistas. Essas contingências são avaliadas pela Administração da Sociedade e de suas controladas com seus assessores jurídicos e são quantificadas por meio de critérios que permitam a sua mensuração de forma adequada, apesar da incerteza inerente à decisão, prazo e valor.

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

2.14. Moeda estrangeira

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para reais pela taxa de câmbio das datas dos balanços e as diferenças decorrentes da conversão de moeda foram reconhecidas no resultado dos períodos.

2.15. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e provisão para contingências. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas anualmente.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

2.16. Remuneração com base em ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão dos planos e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. Nas datas dos balanços, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devam ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com os critérios estabelecidos no IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações.

3. TRANSIÇÃO PARA O IFRS

3.1. Reconciliação entre IFRS e BR GAAP

Descrição das principais diferenças entre as normas internacionais de contabilidade (IFRS) e as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que afetaram as demonstrações financeiras consolidadas:

- a) Imposto de renda e contribuição social diferidos: o imposto de renda e a contribuição social diferidos são contabilizados sobre as diferenças entre BR GAAP e IFRS, quando aplicável.
- b) Lucro por ação: de acordo com o IFRS, as entidades de capital aberto devem divulgar o lucro por ação básico e diluído na demonstração do resultado (vide nota explicativa nº 20).

O lucro básico por ação deve ser calculado dividindo o lucro líquido do período atribuível aos acionistas pela média ponderada da quantidade de ações em circulação durante o período, incluindo as emissões de direitos e bônus de subscrição.

Uma entidade deve calcular o lucro diluído por ação considerando o lucro líquido atribuível aos acionistas e a quantidade média ponderada de ações em circulação, acrescida dos efeitos de todas as ações potenciais. Todos os instrumentos e contratos que possam resultar na emissão de ações são considerados ações potenciais.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Servinet, Servrede, CieloPar (a partir de setembro de 2010) e CBGS Ltda. (até 31 de outubro de 2009), das “joint ventures” CBGS (até 30 de novembro de 2009), Orizon, Prevsáude e Precisa (a partir de 28 de fevereiro de 2009) e da Multidisplay e M4 Produtos (a partir de 1º de agosto de 2010). Na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas foram eliminados os saldos e as transações entre essas Sociedades.

Os componentes de ativo, passivo, receitas e despesas das “joint ventures” CBGS (incorporada em 30 de novembro de 2009), Orizon, Prevsáude e Precisa foram incluídos proporcionalmente à participação da controladora no capital social destas.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, voltado para tratar os investimentos em controladas e implicando no reconhecimento da totalidade dos ativos, passivos, receitas e despesas da controlada, tornando-se necessário o reconhecimento da participação dos não controladores.

A conversão para reais do balanço patrimonial da filial em Grand Cayman, preparado originalmente em dólares norte-americanos, foi efetuada com base nas taxas correntes do câmbio de fechamento nas datas dos balanços e a do resultado com base nas taxas médias do câmbio de fechamento no encerramento de cada mês.

4.1. Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	30.09.2010	31.12.2009	30.09.2010	31.12.2009
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Servrede	99,99	99,99	99,99	99,99
CieloPar	99,99	-	99,99	-
Controladas indiretas:				
M4 Produtos	50,10	-	50,10	-
Multidisplay	50,10	-	50,10	-

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas:

	30.09.2010				
	<u>Servinet</u>	<u>Servrede</u>	<u>CieloPar</u>	<u>Multidisplay</u>	<u>M4 Produtos</u>
Ativo:					
Circulante	21.382	9.242	1	5.753	3.455
Não circulante	<u>40.201</u>	<u>51.517</u>	-	<u>4.872</u>	<u>3.716</u>
Total do ativo	<u>61.583</u>	<u>60.759</u>	<u>1</u>	<u>10.625</u>	<u>7.171</u>
Passivo:					
Circulante	16.997	7.288	-	5.194	2.080
Não circulante	28.049	25.269	-	-	219
Patrimônio líquido	<u>16.537</u>	<u>28.202</u>	<u>1</u>	<u>5.431</u>	<u>4.872</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	<u>61.583</u>	<u>60.759</u>	<u>1</u>	<u>10.625</u>	<u>7.171</u>

	30.09.2010				
	<u>Servinet</u>	<u>Servrede</u>	<u>Multidisplay</u>	<u>M4 Produtos</u>	
Resultado:					
Receita bruta		58.748	7.991	5.702	2.289
Lucro bruto		44.570	1.512	386	1.127
Lucro operacional antes do resultado financeiro		2.538	1.133	895	1.001
Resultado antes dos impostos e das contribuições sobre o lucro		2.867	1.130	891	1.004
Lucro líquido do período		1.441	830	840	755

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4.2. "Joint ventures" (empresas com controle compartilhado)

As participações nas "joint ventures" incluem a CBGS (até 31 de dezembro de 2009), a Orizon, a Prevsáude e a Precisa (a partir de 28 de fevereiro de 2009), conforme tabela a seguir:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	30.09.2010	31.12.2009	30.09.2010	31.12.2009
"Joint ventures":				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsáude	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa	40,95	40,95	40,95	40,95

As informações financeiras condensadas das "joint ventures" foram consolidadas pelo método de consolidação proporcional. A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas:

	30.09.2010		
	Orizon	Precisa	Prevsáude
Ativo:			
Circulante	46.184	13.347	2.112
Não circulante	<u>55.126</u>	<u>500</u>	<u>402</u>
Total do ativo	<u>101.310</u>	<u>13.847</u>	<u>2.514</u>
Passivo:			
Circulante	6.711	8.016	2.662
Não circulante	3.406	2.161	-
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>91.193</u>	<u>3.670</u>	<u>(148)</u>
Total do passivo e patrimônio líquido (passivo a descoberto)	<u>101.310</u>	<u>13.847</u>	<u>2.514</u>
Resultado:			
Receita bruta	38.424	31.587	7.323
Lucro bruto	12.252	393	655
Lucro (prejuízo) operacional (antes do resultado financeiro)	6.507	29	(1.081)
Resultado antes dos impostos e das contribuições sobre o lucro	8.252	(99)	(1.084)
Lucro (prejuízo) líquido do período	6.173	(215)	(1.001)

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Caixa e bancos:		
Moeda nacional	14.822	1.945
Moeda estrangeira	1.593	12.456
Aplicações financeiras:		
Debêntures compromissadas (a)	129.097	58.085
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (a)	97.065	439.479
“Money Market Deposit Account” - MMDA (b)	2.435	2.315
Outras aplicações financeiras	<u>804</u>	<u>-</u>
Total	<u>245.816</u>	<u>514.280</u>

Os saldos de caixa e bancos são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

- (a) Em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, as aplicações financeiras em debêntures e CDBs foram rentabilizadas, em média, a 102,8% e 102,4%, respectivamente, do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.
- (b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - EUA) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,1% ao ano.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem dos valores contabilizados.

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. CONTAS A RECEBER OPERACIONAL

	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Antecipação de recebíveis (a)	1.981.626	1.164.376
Trava de domicílio bancário (b)	2.764	2.333
Prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde (c)	9.618	4.534
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços (d)	3.545	3.351
Outras contas a receber	<u>3.949</u>	<u>4.190</u>
Total	<u>2.001.502</u>	<u>1.178.784</u>

- (a) A Sociedade iniciou em 1º de setembro de 2008 e 5 de janeiro de 2009 a prestação de serviços de antecipação de recebíveis dos créditos à vista e parcelados, respectivamente, à sua rede de estabelecimentos comerciais credenciados. Em 30 de setembro de 2010, o saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis realizadas que serão recebidas dos bancos emissores em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais.

Em 30 de setembro de 2010, referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente aos encargos incidentes no total de R\$66.641 (R\$35.266 em 31 de dezembro de 2009).

- (b) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.
- (c) Contas a receber da controlada em conjunto Orizon decorrentes da prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica, em plataforma tecnológica única, objetivando a troca de informações entre as operadoras de saúde e os prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- (d) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo da rubrica “Contas a receber operacional”, por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
A vencer	1.999.125	1.175.302
Vencidos até 45 dias	<u>2.377</u>	<u>3.482</u>
Total	<u>2.001.502</u>	<u>1.178.784</u>

7. DIREITOS A RECEBER - SECURITIZAÇÃO NO EXTERIOR

Referem-se aos direitos a receber do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A., contratados em julho de 2003, no montante de US\$500 milhões, dividido em US\$100 milhões e US\$400 milhões, respectivamente, com taxas de juros de 4,777% e 5,911% ao ano e prazo de vencimento de oito anos com amortizações trimestrais e carência de dois anos.

Em 30 de setembro de 2010, o principal a receber do Banco Bradesco S.A. e do Banco do Brasil S.A. é de R\$83.406 e R\$206.295 em 31 de dezembro de 2009 (dos quais R\$42.445 estavam classificados no não circulante de acordo com o cronograma de recebimentos).

Os juros são recebidos e pagos de forma antecipada, trimestralmente, e estão contabilizados nas rubricas “Juros a receber - securitização no exterior” e “Juros a pagar - securitização no exterior”, no montante de R\$1.448 (R\$2.914 em 31 de dezembro de 2009).

Esses direitos foram contratados com as mesmas taxas e prazos da obrigação da Sociedade para com a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited, sociedade de propósito específico constituída em Grand Cayman (nota explicativa nº 18).

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões não dedutíveis temporariamente e estão classificados no não circulante.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009 é como segue:

	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Diferenças temporárias:		
Provisão para contingências	167.255	169.100
Provisão para despesas diversas	39.143	38.014
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	22.643	11.990
Provisão para perdas com equipamentos POS	2.200	970
Provisão para perdas com gastos diferidos	<u>11.220</u>	<u>1.926</u>
Total	<u>242.461</u>	<u>222.000</u>

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	30.09.2010		31.12.2009
			Depreciação		Líquido
			acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos POS (*)	33	708.833	(362.557)	346.276	271.394
Equipamentos de processamento de dados	20	32.835	(20.680)	12.155	9.171
Máquinas e equipamentos	10	70.184	(66.945)	3.239	3.798
Instalações	10	19.498	(10.789)	8.709	7.187
Móveis e utensílios	10	6.993	(3.459)	3.534	3.585
Veículos	20	<u>1.477</u>	<u>(395)</u>	<u>1.082</u>	<u>986</u>
Total		<u>839.820</u>	<u>(464.825)</u>	<u>374.995</u>	<u>296.121</u>

(*) Em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, está contabilizada provisão para perdas de equipamentos POS, nos montantes de R\$6.471 e R\$2.851, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva conta.

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação do imobilizado no período findo em 30 de setembro de 2010 é como segue:

	<u>31.12.2009</u>	<u>Adições/ transferências</u>	<u>Baixas/ reversões</u>	<u>Depreciações</u>	<u>Acervo Líquido Incorporado</u>	<u>30.09.2010</u>
Equipamentos						
POS	271.394	203.151	(6.405)	(121.864)	-	346.276
Equipamentos de processamento de dados	9.171	4.092	(56)	(2.816)	1.764	12.155
Máquinas e equipamentos	3.798	1.564	-	(2.134)	11	3.239
Instalações	7.187	2.703	(438)	(959)	216	8.709
Móveis e utensílios	3.585	295	(8)	(432)	94	3.534
Veículos	986	339	(45)	(198)	-	1.082
Total	<u>296.121</u>	<u>212.144</u>	<u>(6.952)</u>	<u>(128.403)</u>	<u>2.085</u>	<u>374.995</u>

Em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, existem ativos imobilizados, advindos de operações de arrendamento financeiro, representados apenas por ativos classificados como equipamentos de processamento de dados, com valores líquidos de R\$593 e R\$2.215, respectivamente. O prazo médio residual de depreciação desses equipamentos é de aproximadamente três anos. As depreciações dos equipamentos de informática adquiridos através de operações de arrendamento mercantil nos períodos findos em 30 de setembro de 2010 e de 2009, registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas", montam a R\$1.622 e R\$3.001, respectivamente.

Em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009, a Sociedade não possuía saldos de arrendamento financeiro a pagar.

10. ÁGIO

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 2 de janeiro de 2008 a CBGS Ltda. subscreveu na controlada em conjunto CBGS 693.480 novas ações ordinárias, sem valor nominal, pelo montante de R\$139.045, representando o valor justo na data.

Como parte do pagamento, a CBGS Ltda. entregou a totalidade das ações representativas do capital social da Polimed e Dativa pelo montante de R\$71.691, composto pelos ativos líquidos totais de R\$9.188, transferindo o ágio na aquisição dessas controladas originado quando da aquisição de terceiros e gerando um contas a pagar de R\$67.266 que seria integralizado em até dois anos após a transação, conforme detalhes na nota explicativa nº 1.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo do ágio no consolidado é apresentado líquido do estorno do ganho não realizado no consolidado pela transferência das ações do capital social da Polimed e Dativa, no montante de R\$5.880, e também líquido da provisão de "impairment" do ágio constituída durante o exercício de 2008 no montante consolidado de R\$1.956.

Conforme a nota explicativa nº 1, em 16 de março de 2009 a controlada CBGS adquiriu a totalidade das cotas representativas do capital social das empresas Prevsáude e Precisa. O valor do investimento registrado contabilmente pela CBGS inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$10.753, o qual está fundamentado na expectativa de lucratividade futura daquelas Sociedades, em face do acréscimo operacional previsto para os próximos anos.

Adicionalmente, conforme a nota explicativa nº 1, em 2 de agosto de 2010 a controlada Servrede adquiriu 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e de sua controlada integral M4 Produtos. O valor do investimento registrado contabilmente pela Servrede inclui ágio na aquisição das cotas no montante de R\$47.799. Até a data de encerramento das informações trimestrais para o período findo em 30 de setembro de 2010, o laudo de avaliação que servirá de base para a alocação do ágio gerado na aquisição das sociedades controladas direta e indireta, Multidisplay e M4 Produtos, respectivamente, encontrava-se em fase de elaboração, motivo pelo qual o montante pago na aquisição foi provisoriamente registrado como ágio. Considerando que a conclusão do referido laudo de avaliação está prevista para ocorrer até o final do exercício 2010 e, como consequência, dentro do período de mensuração, nas demonstrações financeiras do exercício a findar-se em 31 de dezembro de 2010 a Sociedade reconhecerá retroativamente os ajustes aos valores registrados quando da aquisição, como se a combinação de negócios tivesse sido completada na data de aquisição.

A composição analítica dos ágios em 30 de setembro de 2010 está apresentada a seguir:

	<u>Líquido</u>
CBGS	25.631
Prevsáude	3.180
Precisa	1.457
M4U	<u>47.799</u>
	78.067
Lucro não realizado	(5.880)
Provisão para perda	<u>(1.956)</u>
Total	<u>70.231</u>

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. INTANGÍVEL

	Taxa anual de amortização - %	30.09.2010			31.12.2009
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (*)	20	90.153	(65.049)	25.104	27.805
Desenvolvimento de Projetos		<u>18.791</u>	<u>(3.807)</u>	<u>14.984</u>	<u>13.479</u>
Total		<u>108.944</u>	<u>(68.856)</u>	<u>40.088</u>	<u>41.284</u>

(*) Refere-se a itens adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Não há software individualmente relevante em 30 de setembro de 2010.

A movimentação do intangível no período findo em 30 de setembro de 2010 é como segue:

	31.12.2009	Adições/ transferências	Baixas/ reversões	Amortizações	Acervo líquido Incorporado	30.09.2010
Software	27.805	5.518	(88)	(9.615)	1.484	25.104
Desenvolvimento de Projetos	<u>13.479</u>	<u>3.760</u>	-	<u>(2.255)</u>	-	<u>14.984</u>
Total	<u>41.284</u>	<u>9.278</u>	<u>(88)</u>	<u>(11.870)</u>	<u>1.484</u>	<u>40.088</u>

As despesas com amortização de intangível foram registradas na rubrica "Despesas gerais e administrativas" na demonstração do resultado.

12. TRANSAÇÕES PENDENTES DE REPASSE

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação. Em 30 de setembro de 2010, os saldos correspondem a R\$22.209.714 (R\$25.963.741 em 31 de dezembro de 2009) e R\$ 23.698.142 (R\$26.631.263 em 31 de dezembro de 2009), respectivamente.

Adicionalmente à prestação de serviço de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito.

Conforme descrito na nota explicativa nº 25.b, a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões, com o intuito de

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

proteger-se quanto a eventual risco de “default” dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência de bancos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições financeiras, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, o mesmo não é contabilizado como passivo.

13. CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

O montante de R\$ 1.488.428 em 30 de setembro de 2010 (R\$667.522 em 31 de dezembro de 2010) corresponde à diferença entre os valores recebidos dos portadores de cartões por intermédio dos bancos emissores e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos. De forma geral, o prazo de recebimento dos emissores é de 27 dias e o prazo médio de liquidação aos estabelecimentos comerciais é de 30 dias a partir da data da transação. Portanto, esse saldo a pagar em 30 de setembro de 2010 corresponde ao “float” de aproximadamente três dias.

14. FORNECEDORES

	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Fornecedores	81.721	66.156
Provisão para pagamento a fornecedores	<u>95.135</u>	<u>50.287</u>
Total	<u>176.856</u>	<u>116.443</u>

15. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações efetuadas	301.033	388.289
Imposto Sobre Serviços – ISS	5.356	6.098
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	8.670	5.016
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS	14.053	13.928
Programa de Integração Social – PIS	4.680	3.051
Outros tributos a recolher	<u>726</u>	<u>563</u>
Total	<u>334.518</u>	<u>416.945</u>

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Passivo circulante:		
Provisão para despesas diversas	21.302	21.861
Provisão para férias e 13º salário e encargos	27.563	19.503
Participação dos colaboradores e diretores	31.270	36.619
Outros valores a pagar	<u>1.510</u>	<u>2.058</u>
Total	<u>81.645</u>	<u>80.041</u>
Passivo não circulante:		
Ganhos futuros condicionados (a)	25.050	-
Provisão Retenção Executivos (b)	4.270	-
Outros Valores a Pagar	<u>1.130</u>	<u>233</u>
Total	<u>30.450</u>	<u>233</u>

(a) Saldo remanescente a ser pago em conexão com a aquisição da M4U, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de performance financeira.

(a) Refere-se ao Plano de Retenção de Executivos, aprovado em Conselho de Administração em novembro de 2009, aplicável aos principais executivos da Sociedade que considera resultados do negócio e permanência dos mesmos na Sociedade por um período de 3 anos, sendo a despesa e respectiva provisão constituída durante a vigência do referido plano.

17. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

a) Provisão para contingências

A Sociedade e suas coligadas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes e quanto às ações trabalhistas e cíveis, bem como na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como segue:

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Baixas/				
	31.12.2009	Adições	reversões	Atualização	Pagamentos	30.09.2010
		(a)	(b)	monetária	(c)	
Fiscais	484.446	100.876	(24.446)	475	(87.054)	474.297
Cíveis	11.368	2.092	(6.142)	1.095	(342)	8.071
Trabalhistas	15.764	3.013	(2.174)	500	-	17.103
	<u>511.578</u>	<u>105.981</u>	<u>(32.762)</u>	<u>2.070</u>	<u>(87.396)</u>	<u>499.471</u>

- (a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para contingências no período findo em 30 de setembro de 2010, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida de “Despesas gerais e administrativas” e “Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para contingências fiscais, em virtude de prescrição ou mudança de opinião quanto ao risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade.
- (c) Substancialmente representado pela liquidação da ação movida pela Sociedade desde janeiro de 2003, que questionava judicialmente a majoração da alíquota de apuração do PIS para 1,65%. Esse pagamento foi realizado através do levantamento do respectivo depósito judicial pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional em favor da Receita Federal do Brasil.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2010, existem ações cíveis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou entidades de classe, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo que aproveitará uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Em 30 de setembro de 2010, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$8.071.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Processos trabalhistas

Incluem diversas demandas trabalhistas que, em 30 de setembro 2010, incluíam 177 ações trabalhistas contra a Cielo e 72 contra a Servinet, das quais 70 haviam sido movidas por ex-empregados. As ações trabalhistas restantes, 179 no total, foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas possíveis. Somente após decisão do Tribunal elas são reclassificadas para prováveis ou remotas, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações trabalhistas similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo, estabilidade decorrente de doença profissional e dano moral, considerando o histórico de perda.

Em 30 de setembro de 2010, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$17.103.

Processos tributários

Correspondem à divergência de interpretação em relação à autoridade fiscal, substancialmente quanto a:

- COFINS - não-cumulatividade - a Sociedade e sua controlada Servinet, em fevereiro de 2004, impetraram mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da COFINS nos moldes da Lei nº 10.833/03, que introduziu a sistemática de apuração no método não cumulativo à alíquota de 7,60%, e passaram a efetuar o depósito judicial dos valores apurados mensalmente. Como consequência, desde então a diferença de alíquota calculada pela sistemática cumulativa e pela não cumulativa vem sendo registrada como provisão para contingências. Os montantes não recolhidos desse tributo estão sendo depositados judicialmente. Em 30 de setembro de 2010, o valor dessa provisão para contingências é de R\$434.015 - controladora (R\$454.572 - consolidado) e o saldo do depósito judicial é de R\$434.015 - controladora (R\$445.964 - consolidado). A ação encontra-se no Supremo Tribunal Federal aguardando julgamento.
- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS sobre importação - em 2003, a Sociedade, por meio de mandado de segurança e da defesa de autos de infração que tratam do desembaraço aduaneiro de equipamentos POS adquiridos no exterior e destinados a integrar o seu ativo imobilizado, pleiteou a não-incidência de ICMS. Em 30 de setembro de 2010, o valor dessa provisão para contingências é de R\$6.805 (controladora e consolidado) e do depósito judicial é de R\$2.825 (controladora e consolidado). As ações movidas pela Sociedade foram

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ajuizadas na 1ª, 3ª, 6ª, 7ª, 10ª, 13ª e 14ª Varas da Fazenda Pública do Estado de São Paulo e os autos estão aguardando julgamento.

- PIS/PASEP MP 1212/95 – em abril de 1997, a controlada Servinet obteve a liminar para desobrigá-la ao recolhimento das contribuições destinadas ao PIS com base no Faturamento. A União interpôs Recurso de Apelação e obteve decisão favorável. Em 26 de agosto de 2010 a controlada entrou com manifestação de prescrição da dívida junto a Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região/SP. Em 30 de setembro de 2010, o valor da provisão para contingência constituída é de R\$1.663 (consolidado).
- Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM - em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não-apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinado ao FINAM. Está sendo aguardada a distribuição do Recurso Voluntário para a Câmara do 1º Conselho de Contribuintes. Em 30 de setembro de 2010, o valor da provisão para contingências constituída é de R\$11.350 (controladora e consolidado).

A Sociedade e suas controladas possuem outras divergências de interpretação em relação às autoridades fiscais e, para isso, têm provisões para contingências constituídas em 30 de setembro de 2010 nos montantes de R\$218 (controladora) e de R\$628 (consolidado).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, entende que o efetivo desembolso de referidas provisões não ocorrerá antes de 2015.

Adicionalmente, em 30 de setembro de 2010, a Sociedade e suas controladas possuem ações fiscais, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de possíveis perdas, com base na avaliação de seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

Fiscais	95.425
Cíveis	96.893
Trabalhistas	<u>14.158</u>
Total	<u>206.476</u>

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Depósitos judiciais

Em 30 de setembro de 2010, a Sociedade e suas controladas mantêm depósitos judiciais vinculados às provisões tributárias, trabalhistas e cíveis, os quais estão assim demonstrados:

Fiscais	459.256
Cíveis	2.567
Trabalhistas	<u>70</u>
Total	<u>461.893</u>

18. OBRIGAÇÕES A PAGAR - SECURITIZAÇÃO NO EXTERIOR

Referem-se à operação de securitização descrita nas notas explicativas nº 1 e nº 7, representando a obrigação de a Sociedade entregar os direitos creditórios denominados em moeda estrangeira gerados ou a serem gerados por ela contra a Visa International Service Association, decorrente, principalmente, de operações de compra de bens/serviços com cartões de crédito e de débito da bandeira VISA nos estabelecimentos comerciais brasileiros realizadas por pessoas físicas residentes e domiciliadas no exterior, que foram objeto de contrato de cessão de fluxo futuro de direitos creditórios para a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited, sociedade de propósito específico constituída em Grand Cayman, que emitiu títulos no mercado internacional, lastreados nos recebíveis cedidos pela Sociedade.

Conforme as disposições do contrato multilateral (“Indenture”) firmado para viabilizar a emissão, a Brazilian Merchant Voucher Receivables Limited pagará a totalidade de suas obrigações referentes à operação de securitização, por meio do fluxo de recebíveis denominados em moeda estrangeira contra a Visa International Service Association.

Os bancos participantes dessa operação (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) firmaram acordo de garantia cruzada pelo qual, no caso de inadimplência de um deles, a outra parte garante a operação, tendo o direito de exercer a opção de compra de ações sobre o total ou uma porção da participação do banco inadimplente no capital social da Sociedade.

A amortização da parcela registrada no passivo circulante em 30 de setembro de 2010 tem vencimento até o primeiro semestre de 2011, sendo o cronograma de pagamento das parcelas do curto prazo igual ao divulgado na nota explicativa nº 7.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social - reserva de capital

O capital social em 30 de setembro de 2010 está representado por 1.364.783.800 ações ordinárias (1.364.783.800 ações em 31 de dezembro de 2009), todas subscritas e integralizadas. Conforme mencionado no item (g) a seguir, mediante a movimentação das ações em tesouraria, a quantidade de ações em circulação em 30 de setembro de 2010 é de 1.360.235.553 (1.360.251.500 ações em 31 de dezembro de 2009).

Conforme Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de abril de 2010, foi aprovado o aumento do capital social da Sociedade no montante de R\$24.621, sem a emissão de novas ações, que passou de R\$75.379 para R\$100.000. Para a efetivação do aumento do capital social foi utilizada a totalidade do saldo da reserva legal, no montante de R\$15.076, bem como o montante de R\$9.545 proveniente da reserva de retenção de lucros.

b) Reserva de capital

A rubrica "Reserva de capital" representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 30 de setembro de 2010 é de R\$80.403 (R\$72.305 em 31 de dezembro de 2009).

c) Reserva de lucros - legal

A rubrica "Reserva de lucros - legal" representa os montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento de cada período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

O saldo da reserva de lucros - legal em 30 de setembro de 2010 é de R\$ 20.000 (R\$15.076 em 31 de dezembro de 2009).

d) Reserva de lucros - orçamento de capital

Em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizadas em 30 de março de 2010, foi aprovada a proposta de orçamento de capital apresentada pela Administração da Sociedade, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. A referida reserva tem por finalidade permitir futura aquisição, pela Sociedade, de ações de sua própria emissão.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

O saldo da reserva de orçamento de capital em 30 de setembro de 2010 é de R\$143.836.

e) Lucros Acumulados

Em 30 de setembro de 2010 o saldo da conta "Lucros Acumulados", de R\$575.851, é composto pelo lucro líquido do período de nove meses findo naquela data no valor de R\$1.385.991, deduzido do valor destinado à reserva legal, de R\$20.000, e da antecipação de dividendos e juros sobre o capital próprio, no valor de R\$790.140.

f) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Dividendos são reconhecidos como passivo no momento em que são aprovados pelos acionistas da Sociedade. Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente.

Durante reunião do Conselho de Administração realizada em 4 de março de 2010, foi deliberada a distribuição do saldo de lucros, com base nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009, no montante de R\$613.516, sendo R\$9.741 a título de juros sobre o capital próprio e R\$603.775 a título de dividendos. Esses valores foram pagos aos acionistas em 31 de março de 2010.

Conforme ata da reunião do Conselho de Administração realizada em 1º de setembro de 2010, foi deliberada a distribuição do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2010, no montante de R\$790.140, sendo R\$16.199 a título de juros sobre o capital próprio e R\$773.941 a título de dividendos. Os proventos foram pagos aos acionistas em 30 de setembro de 2010.

g) Ações em tesouraria

Em 23 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Sociedade, em consonância com as disposições do artigo 17 do seu Estatuto Social, do artigo 30 da Lei nº 6.404/76, da Instrução CVM nº 10/80, conforme alterada, e da Instrução CVM nº 358/02 e suas alterações posteriores, aprovou a aquisição de até 6.000.000 de ações ordinárias, sem valor nominal, de sua própria emissão, para cancelamento, alienação ou manutenção em tesouraria e, em especial, para atender ao exercício

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

das opções outorgadas no âmbito do Plano de Opção de Compra de Ações da Sociedade, sem redução de capital social, dentro do prazo de 180 dias a partir daquela data, com encerramento, portanto, no dia 21 de maio de 2010. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na conta de reserva de capital apurada durante o exercício social, observado os artigos 1º e 12º da Instrução CVM nº 10/80.

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	<u>Ações</u>	<u>Valor</u>	<u>Custo médio – R\$ por ação</u>
Saldo inicial em 31.12.2009	4.532.300	(69.228)	15,27
Recompra – maio de 2010	188.000	(3.001)	15,96
Exercício de opção de compra de ações – julho de 2010	(91.265)	1.397	15,30
Exercício de opção de compra de ações – agosto de 2010	(73.832)	1.130	15,30
Exercício de opção de compra de ações – setembro de 2010	<u>(6.956)</u>	<u>106</u>	<u>15,30</u>
Saldo final em 30.09.2010	<u>4.548.247</u>	<u>(69.596)</u>	<u>15,30</u>

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no futuro exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

20. LUCRO POR AÇÃO

a) Movimentação do número de ações ordinárias

<u>Ações emitidas</u>	<u>Ordinárias</u>
Ações em 31 de dezembro de 2008 (*)	1.364.783.800
Recompra de ações para tesouraria - novembro de 2009	(513.100)
Recompra de ações para tesouraria - dezembro de 2009	<u>(4.019.200)</u>
Ações em 31 de dezembro de 2009	1.360.251.500
Recompra de ações para tesouraria - maio de 2010	(188.000)
Exercício de opção de compra de ações – julho de 2010	91.265
Exercício de opção de compra de ações – agosto de 2010	73.832
Exercício de opção de compra de ações – setembro de 2010	<u>6.956</u>
Ações em 30 de setembro de 2010	<u>1.360.235.553</u>

(*) Considerando o desdobramento de 1 para 2 ações, ocorrido em 22 de setembro de 2008.

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Lucro por ação

Conforme requerido pelo IAS 33 - Resultados por ações, nas tabelas a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e o diluído.

Lucro por ação básico

	<u>30.09.2010</u>	<u>30.09.2009</u>
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	1.385.991	1.094.684
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	<u>1.360.215</u>	<u>1.364.784</u>
Lucro por ação (em R\$) - básico	<u>1,0189</u>	<u>0,8021</u>

Lucro por ação diluído

	<u>30.09.2010</u>	<u>30.09.2009</u>
Lucro líquido do período disponível para as ações ordinárias	1.385.991	1.094.684
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.360.215	1.364.784
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	<u>1.581</u>	<u>-</u>
Total (em milhares)	<u>1.361.796</u>	<u>1.364.784</u>
Lucro por ação (em R\$) - diluído	<u>1,0178</u>	<u>0,8021</u>

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

21. DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. Conforme requerido pelo IFRS, o detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	<u>30.09.2010</u>	<u>30.09.2009</u>
Despesas com pessoal	188.085	164.495
Depreciações e amortizações	140.273	116.760
Serviços profissionais	554.212	503.410
Outras despesas	<u>254.255</u>	<u>182.638</u>
Total	<u>1.136.825</u>	<u>967.303</u>
Classificadas como:		
Custo dos serviços prestados	826.179	684.912
Despesas de pessoal	117.236	97.026
Despesas gerais e administrativas	105.737	104.383
Marketing	85.259	47.279
Outras despesas operacionais	<u>2.414</u>	<u>33.703</u>
Total	<u>1.136.825</u>	<u>967.303</u>

22. FILIAL NO EXTERIOR

A Sociedade efetua operações (nota explicativa nº 1) por meio de sua filial em Grand Cayman, Ilhas Britânicas Ocidentais. O saldo das contas patrimoniais e do resultado das operações dessa filial, em 30 de setembro de 2010, consolidado com as contas da Sociedade (matriz), após eliminações, é o seguinte: ativos circulante e não circulante de R\$91.648 (R\$215.800 em 31 de dezembro de 2009), passivos circulante e não circulante de R\$84.854 (R\$209.270 em 31 de dezembro de 2009) e patrimônio líquido de R\$6.794 (R\$6.529 em 31 de dezembro de 2009). O lucro líquido do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 foi de R\$264 (R\$786 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009).

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, o ganho da variação cambial sobre a tradução das informações financeiras da filial em Grand Cayman, de R\$106 (R\$1.275 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009), foi registrado na rubrica "Resultado financeiro".

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

No curso habitual das atividades e em condições de mercado, são mantidas pela

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Sociedade operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos emissores, que são conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores detêm participação social, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet e pela Orizon.

A Sociedade, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços, cabendo a decisão pela realização das transações, independentemente de estas serem realizadas entre partes relacionadas ou não, ao responsável da área que motivou a contratação do produto ou serviço.

Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns deles seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade acredita que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado ("arm's length basis").

As tabelas a seguir incluem o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa, relativas aos períodos findos em 30 de setembro de 2010 e de 2009 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009:

	30.09.2010				31.12.2009	
	Acionistas		Controladas		Total	Total
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon		
Ativos (passivos):						
Aplicações financeiras (a)	4.699	50.075	-	-	54.774	451.817
Contas a receber operacional:						
Serviços de prevenção à fraude	107	131	-	-	238	435
Serviços de trava de domicílio bancário	450	84	-	-	534	1.012
Direitos a receber - securitização no exterior (b)	46.994	37.861	-	-	84.855	209.209

	30.09.2010				30.09.2009	
	Acionistas		Controladas		Total	Total
	Banco Bradesco S.A.	Banco do Brasil S.A.	Servinet	Orizon		
Receitas:						
Receitas de aplicações financeiras (a)	906	6.358	-	-	7.264	37.357
Receitas de prevenção à fraude	986	1.342	-	-	2.328	3.322
Receitas de trava de domicílio bancário	4.229	777	-	-	5.006	7.481
Receitas de serviços e aluguel de equipamentos POS	-	-	-	1.909	1.909	1.317
Despesas:						
Outras despesas operacionais - comissão de afiliação	(3.734)	(3.862)	-	-	(7.596)	(11.184)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (c)	-	-	(58.748)	-	(58.748)	(63.711)
Acordo de investimento com a CBGS Ltda	-	-	-	-	-	(25.317)
Acordo para pagamentos de verba de incentivo (d)	-	-	-	-	-	(3.689)
Contrato de seguro coletivo empresarial de assistência médica hospitalar e odontológica	(7.343)	-	-	-	(7.343)	(5.884)
Contrato de previdência privada (e)	(1.104)	(1.153)	-	-	(2.257)	(3.107)
Contrato de seguro de vida coletivo empresarial	(128)	-	-	-	(128)	(356)

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Vide nota explicativa nº 7.
- (c) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (d) Pagamento de incentivo a emissores de acordo com metas contratadas relacionadas à emissão de cartões com bandeira VISA.
- (e) Vide nota explicativa nº 33.a).

24. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os períodos findos em 30 de setembro de 2010 e de 2009:

	<u>30.09.2010</u>	<u>30.09.2009</u>
Lucro líquido antes do imposto de renda e da contribuição social	2.085.455	1.671.613
Alíquotas vigentes	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(709.054)	(568.348)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	8.819	-
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas (*)	<u>1.190</u>	<u>(8.581)</u>
Imposto de renda e contribuição social	<u>(699.045)</u>	<u>(576.929)</u>
Correntes	(719.493)	(634.833)
Diferidos	20.448	57.904

(*) Representado substancialmente por provisões para contingências permanentemente indedutíveis na apuração do lucro real e da base negativa da contribuição social.

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Sociedade e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo, nem em derivativos nem em nenhum outro ativo de risco.

- a) Os ativos e passivos financeiros da Sociedade e de suas controladas são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacional, direitos a receber e obrigações a pagar de securitização no exterior e contas a pagar a estabelecimentos e fornecedores. Em 30 de setembro de 2010, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

	30.09.2010	
	Valor contábil	Valor de mercado
Caixa e equivalentes de caixa	245.816	245.816
Contas a receber operacional	2.001.502	2.001.502
Direitos a receber - securitização no exterior	83.406	83.752
Obrigações a pagar - securitização no exterior	83.406	83.752
Fornecedores	176.856	176.856
Contas a pagar a estabelecimentos	1.488.428	1.488.428

O valor de mercado dos ativos financeiros e dos financiamentos de curto e longo prazos, quando aplicável, foi determinado utilizando taxas de juros correntes disponíveis para operações remanescentes com condições e vencimentos similares.

- b) Risco de crédito

A Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos bancos emissores dos cartões VISA, com o intuito de proteger-se de eventual risco de "default" dessas instituições. Esse instrumento de proteção está respaldado na obrigação assumida pela bandeira VISA, conforme estabelecido no regulamento internacional, em garantir o repasse aos estabelecimentos afiliados à Sociedade de todas as vendas realizadas com os cartões VISA nas respectivas datas de vencimento, caso ocorra inadimplência de um determinado emissor. O modelo de garantia implementado pela bandeira VISA, em conjunto com a Sociedade, prevê a solicitação de garantias (reais ou bancárias) considerando o risco de crédito do emissor, os volumes das vendas realizadas com os cartões VISA e o risco residual da inadimplência dos portadores de cartões. O fornecimento das garantias é obrigatório para todos os emissores classificados com risco de crédito e os valores são revistos periodicamente pela bandeira VISA e pela Sociedade. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A partir de 1º de julho de 2010 a Sociedade também passou a ser credenciadora no Brasil para a bandeira MASTERCARD, sendo que o risco de crédito dos bancos emissores desses cartões é garantido pela própria bandeira em caso de inadimplência desses bancos emissores para com a Sociedade. A bandeira MASTERCARD estabelece a necessidade de garantias, reais ou bancárias, para os bancos emissores participantes do sistema. Caso não sejam oferecidas as garantias solicitadas, o emissor não é aceito como membro do sistema ou perde essa condição.

Os sistemas das bandeiras VISA e MASTERCARD também preveem a possibilidade de que as transações efetuadas com cartões de crédito sejam contestadas pelos respectivos portadores, dentro de determinados prazos, contados da data de processamento da transação. Para tanto, a Sociedade firma contrato de afiliação com todos os estabelecimentos comerciais credenciados no qual estão definidas todas as regras para aceitação dos cartões no ponto de venda. Se ocorrerem contestações pelos portadores e o estabelecimento não mais estiver credenciado na data da reclamação ou não tiver valores a receber da Sociedade, será efetuada cobrança por meio de débito em conta corrente ou escritórios especializados na recuperação de créditos, existindo a possibilidade de perdas para a Sociedade.

Aos estabelecimentos credenciados que não mantêm sistemas próprios para a captura eletrônica de transações, a Sociedade disponibiliza, mediante contrato de locação, o equipamento POS. O valor do aluguel é descontado, no seu vencimento, do montante das transações liquidadas pelos estabelecimentos. Entretanto, há a possibilidade de não-recebimento do valor do aluguel na data de vencimento em razão da inexistência de saldos a serem pagos aos estabelecimentos. Nesses casos, a Sociedade faz a gestão da cobrança desses valores por meio de débito de vendas futuras, conta corrente ou recuperação através de escritórios especializados na recuperação de créditos, podendo haver perdas dos valores de aluguel.

c) Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sofisticado sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito, que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d) Risco de taxa de câmbio

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos a receber convertidos pela mesma taxa de câmbio, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Não existem operações significativas em moeda estrangeira que possam causar variações relevantes no resultado da Sociedade, em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os demais ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente o dólar norte-americano.

Em 30 de setembro de 2010, a exposição líquida ao risco da taxa de câmbio em milhares de dólares norte-americanos é como segue:

	<u>US\$ mil</u>
Ativo:	
Caixa e bancos	839
Aplicações financeiras	1.438
Direitos a receber - securitização no exterior	<u>48.476</u>
Passivo:	
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(1.874)
Obrigações a pagar - securitização no exterior	<u>(48.476)</u>
Posição comprada de dólares norte-americanos	<u>403</u>

e) Risco de taxa de juros

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

f) Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - aplicações financeiras

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de CDI. Em 30 de setembro de 2010, estimando um aumento ou uma redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas financeiras de aproximadamente R\$2.121, R\$5.302 e R\$10.605, respectivamente. Esse montante foi calculado considerando o impacto de aumentos ou reduções hipotéticos nas taxas de juros sobre o saldo médio das aplicações financeiras em 2010.

g) Derivativos

Durante os períodos findos em 30 de setembro de 2010 e de 2009, a Sociedade não manteve operações com instrumentos financeiros na forma de derivativos.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

h) Instrumentos financeiros por categoria

<u>Ativo</u>	<u>Empréstimos e recebíveis</u>	
	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Caixa e equivalentes de caixa	245.816	514.280
Contas a receber operacional	2.001.502	1.178.784
Direitos a receber - securitização no exterior	83.406	209.209
Total	<u>2.330.724</u>	<u>1.902.273</u>

<u>Passivo</u>	<u>Outros passivos financeiros</u>	
	<u>30.09.2010</u>	<u>31.12.2009</u>
Contas a pagar a estabelecimentos	1.488.428	667.522
Fornecedores	176.856	116.443
Obrigações a pagar - securitização no exterior	83.406	209.270
Total	<u>1.748.690</u>	<u>993.235</u>

26. COMPROMISSOS

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a) Contratos de aluguel

Em 30 de setembro de 2010, com base nos contratos vigentes, são os seguintes os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel:

<u>Ano</u>	
2010 (a partir de outubro)	1.994
2011	8.534
2012	<u>9.132</u>
Total	<u>19.660</u>

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b) Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações) e logística

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 30 de setembro de 2010, com base nos contratos vigentes, são os seguintes os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, tecnologia e logística:

Ano

2010 (a partir de outubro)	363.435
2011	643.960
2012	<u>676.158</u>
Total	<u>1.683.553</u>

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$102.162. Para telecomunicações, os contratos variam conforme a demanda operacional, não sendo possível estabelecer um prazo médio, havendo uma multa rescisória média de R\$2.955. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$13.611.

27. PARTICIPAÇÃO DOS COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos períodos findos em 30 de setembro de 2010 e de 2009 foram registrados na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	<u>30.09.2010</u>	<u>30.09.2009</u>
Colaboradores	24.783	20.754
Administradores	<u>6.272</u>	<u>4.924</u>
Total	<u>31.055</u>	<u>25.678</u>

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

28. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

	30.09.2010				
	Remuneração			Outorga de opções	
	Fixa	Variável	Total	Saldo de opções (a)	Preço de exercício (b)
Diretores estatutários	2.984	6.129	9.113	2.316.600	14,47
Conselho de Administração	<u>515</u>	-	<u>515</u>	-	-
Total	<u>3.499</u>	<u>6.129</u>	<u>9.628</u>	<u>2.316.600</u>	<u>14,47</u>

(a) Refere-se à quantidade de opções outorgadas e não exercidas até 30 de setembro de 2010.

(b) Refere-se ao preço médio ponderado de exercício das opções à época das outorgas.

29. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30.09.2010</u>	<u>30.09.2009</u>
Receitas financeiras:		
Rendimentos de aplicações financeiras	21.209	39.806
Juros sobre postergação de recebíveis	3.037	3.057
Juros de securitização no exterior	8.747	18.239
Reversão de multa e juros de contingências	9.806	4.421
Outras receitas financeiras	<u>1.783</u>	<u>970</u>
	<u>44.582</u>	<u>66.493</u>
Despesas financeiras:		
Juros de securitização no exterior	(8.746)	(18.239)
Juros de mora e multas	(200)	(2.432)
Multas e juros de contingências	(11.829)	(3.963)
Juros sobre antecipação de intercâmbio	(6.436)	(2.424)
Outras despesas financeiras	<u>(2.485)</u>	<u>(2.443)</u>
	<u>(29.696)</u>	<u>(29.501)</u>
Antecipação de recebíveis:		
Receita com antecipação de recebíveis (a)	318.819	152.631
Despesa de ajuste a valor presente (b)	<u>(66.596)</u>	<u>(28.843)</u>
	<u>252.223</u>	<u>123.788</u>
Variação cambial, líquida (c)	<u>908</u>	<u>1.326</u>
Total	<u>268.017</u>	<u>162.106</u>

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- (a) A receita com antecipação de recebíveis no período findo em 30 de setembro de 2010 é composta pela receita oriunda do volume das transações negociadas durante o período findo naquela data no valor de R\$283.599, acrescida da receita reconhecida pela fluência dos prazos, anteriormente ajustadas a valor presente até 31 de dezembro de 2009, no valor de R\$35.220, dentro do período de sua competência.
- (b) Conforme descrito na nota explicativa nº 6.(a), o ajuste a valor presente registrado nas demonstrações financeiras consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipações de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:
- As taxas de juros utilizadas foram aquelas contratadas nas operações e são de até 5,19% ao mês.
 - Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.

A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações.

Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do período.

- (c) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, da operação de securitização no exterior e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por receita no montante de R\$1.514 (R\$1.337 em 30 de Setembro de 2009) e despesa no montante de R\$606 (R\$11 em 30 de setembro de 2009).

02173-3 CIELO S.A. 01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

30. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS

Estão representadas por:

	<u>30.09.2010</u>	<u>30.09.2009</u>
Multa por distrato com prestador de serviços (a)	(33.682)	(32.078)
Baixa por "impairment" do intangível (b)	-	(6.405)
Incentivo financeiro de prestador de serviços (c)	30.000	-
Provisão para perda com equipamentos POS inativos	(3.619)	-
Outras receitas operacionais, líquidas	<u>4.887</u>	<u>4.780</u>
Total	<u>(2.414)</u>	<u>(33.703)</u>

- (a) Refere-se à multa contratual estabelecida por distrato com prestador de serviços.
- (b) Refere-se a aportes de capital, efetuados pela CBGS Ltda, para a CBGS, que excedem as expectativas de realização dos ágios. Como consequência, esses aportes foram registrados diretamente como despesa no resultado do período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009.
- (c) Incentivo financeiro condicionado ao aumento de piso contratual com prestador de serviços.

31. COBERTURA DE SEGUROS

Em 30 de setembro de 2010, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

<u>Modalidade</u>	<u>Importância segurada</u>
Responsabilidade civil e executivos	112.170
Incêndio	27.566
Vendaval e fumaça	1.500
Danos elétricos	1.500
Equipamentos eletrônicos	1.500
Roubo	500
Alagamento e inundação	1.500
Lucros cessantes	10.100
Veículos	670
Outros seguros	2.030

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

32. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 22 de setembro de 2008, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade. Esse plano foi ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária de 1º de junho de 2009 e tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. O prazo de vigência para o exercício da opção é de cinco anos contados da outorga aprovada pelo Conselho de Administração. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 1º de julho de 2009, 23 de setembro de 2009 e 06 de julho de 2010, foram aprovadas a primeira, segunda e terceira outorgas de opção de compra de ações ordinárias, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários, nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas após um ano da data de outorga.

Data de outorga	Quantidade de ações			Preço de	Prazo de carência	Valor justo
	Outorgadas	Canceladas	Saldo	exercício (R\$)		das opções (R\$ por ação)
01.07.2009	2.848.700	(242.900)	2.605.800	11,25 (a)	5 anos	5,50
23.09.2009	551.200	-	551.200	16,84 (b)	5 anos	5,05
06.07.2010	<u>2.684.200</u>	<u>-</u>	<u>2.684.200</u>	15,88 (c)	5 anos	5,23
Total	<u>6.084.100</u>	<u>(242.900)</u>	<u>5.841.200</u>			

(a) Corresponde a 75% do valor de lançamento das ações da Sociedade na primeira distribuição pública de ações.

(b) Corresponde à média ponderada dos pregões compreendidos entre 7 de agosto e 18 de setembro de 2009.

(c) Corresponde à média ponderada dos últimos 30 pregões anteriores a 29.06.2010.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Para determinar o valor justo das opções pelo modelo de precificação Black & Scholes, a Sociedade utilizou as seguintes premissas econômicas:

	<u>Outorga em julho de 2009</u>	<u>Outorga em setembro de 2009</u>	<u>Outorga em julho de 2010</u>
“Dividend yield”	6,66%	6,66%	5,73%
Volatilidade do preço da ação	36,67%	36,67%	37,51%
Período esperado para o exercício	4 anos	4 anos	4 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do período e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelo prazo de até 36 meses. No período findo em 30 de setembro de 2010 foi reconhecida despesa de R\$8.796 (R\$1.682 em 30 de setembro de 2009), registrada na rubrica “Despesas de pessoal”, e foram exercidas 172.053 ações no valor de R\$698, sendo o saldo líquido de opção de ações outorgadas na reserva de capital em 30 de setembro de 2010 de R\$8.098.

33. OUTRAS INFORMAÇÕES

- A Sociedade contribui mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no período findo em 30 de setembro de 2010, em despesas de contribuições no montante de R\$2.694 (R\$2.489 em 30 de setembro de 2009), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.
- As despesas com Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, no período findo em 30 de setembro de 2010, montaram a R\$13 (R\$368 em 30 de setembro de 2009), contabilizadas na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.
- O resultado abrangente nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2010 e de 2009 é como segue:

	<u>30.09.2010</u>	<u>30.09.2009</u>
Lucro líquido do período	<u>1.385.991</u>	<u>1.094.684</u>
Resultado abrangente total do período	<u>1.385.991</u>	<u>1.094.684</u>

34. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 3 de novembro de 2010.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:

Apresentamos o Relatório da Administração e as informações trimestrais da Cielo S.A. relativas aos trimestres findos em 30 de Setembro de 2010 e de 2009, acompanhados do relatório de revisão dos Auditores Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria.

DESTAQUES DO 3T10

- **Volume financeiro de transações** aumentou **24,1%** em relação ao 3T09, para **R\$ 67,3 bilhões**; em relação ao 2T10, o crescimento foi de **9,2%**;
- **Receita operacional + antecipação de recebíveis líquida** cresceu **23,0%**, para **R\$ 1,137 bilhão**; crescimento de **8,4%** em relação ao 2T10;
- **EBITDA ajustado** cresceu **20,9%** em relação ao 3T09, para **R\$ 760,6 milhões**, e **3,4%** em relação ao 2T10;
- **Margem EBITDA ajustada** de **66,9%** no 3T10, com redução de 1,1 ponto percentual em comparação ao 3T09 e de 3,2 pontos percentuais em comparação ao 2T10;
- **Lucro líquido** cresceu **23,0%** em relação ao 3T09, para **R\$ 488,1 milhões**, e **6,6%** em relação ao 2T10;
- **Margem de lucro líquido** de **42,9%**, estável em relação ao 3T09, e redução de 0,7 pontos percentuais em relação ao 2T10;
- Parcerias com Caixa Econômica Federal e Safra, e com as bandeiras Amex, Sorocred, Ticket e Policard, reforçando o portfólio da Companhia;
- Importantes iniciativas para aquisição em pagamento móvel: aquisição do controle da M4U e anúncio de joint-venture com a Oi;
- Eleita a **“Empresa de Valor 2010”** pela primeira vez e, pela quinta vez consecutiva, a campeã da premiação Valor 1000 no segmento de **Serviços Especializados**, ambos os prêmios concedidos pelo Valor Econômico; eleita pela 10ª vez consecutiva como uma das **melhores empresas para se trabalhar** pela revista Exame.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

DESEMPENHO OPERACIONAL CONSOLIDADO	2T10	3T09	2T09	VAR% 2T10/2T09	VAR% 3T09/2T09
Cartões de Crédito e Débito					
Volume Financeiro de transações (R\$ milhões)	67.256,8	54.176,8	61.567,4	24,1%	9,2%
Quantidade de transações (milhões)	1.037,7	860,7	965,1	20,6%	7,5%
Taxa Líquida de desconto (bps)*	121	123	120	-2	1
Cartões de Crédito					
Volume financeiro de transações (R\$ milhões)	41.555,6	34.188,8	38.901,9	21,5%	6,8%
Quantidade de transações (milhões)	597,7	510,0	563,7	17,2%	6,0%
Taxa Líquida de Desconto (bps)**	146	150	145	-4	1
Cartões de Débito					
Volume financeiro de transações (R\$ milhões)	25.701,2	19.988,0	22.665,5	28,6%	13,4%
Quantidade de transações (milhões)	440,0	350,7	401,4	25,5%	9,6%
Taxa Líquida de Desconto (bps)***	79	78	79	1	0
Receita Operacional Líquida Ajustada (R\$ milhões)	1.137,4	924,4	1.048,9	23,0%	8,4%
Lucro Líquido	488,1	396,7	457,7	23,0%	6,6%
% Margem Lucro Líquido	42,9%	42,9%	43,6%	-	(0,7) p.p
EBITDA Ajustado	760,6	628,9	735,3	20,9%	3,4%
% Margem EBITDA Ajustado	66,9%	68,0%	70,1%	(1,1) p.p.	(3,2) p.p

* O Net MDR Total do 2T10, excluindo o efeito dos incentivos pagos, foi de 124 bps

** O Net MDR do crédito no 2T10, excluindo o efeito dos incentivos pagos, foi de 148 bps

*** O Net MDR do débito no 2T10, excluindo o efeito dos incentivos pagos, foi de 82 bps

NOVAS PARCERIAS

✓ Bancos – Parceria com Caixa Econômica Federal e Safra

- A Cielo anunciou acordo de cinco anos com a Caixa Econômica Federal, no dia 6/9/10, para que o Banco utilize a Companhia como opção de adquirente dos seus clientes. A Cielo considera elevada a oportunidade de geração de valor através deste acordo, principalmente em função do potencial de crescimento tanto em faturamento como em número de estabelecimentos comerciais afiliados. Atualmente, a participação da Cielo no volume financeiro domiciliado na CAIXA é de aproximadamente 30%.
- A parceira assinada com o Safra inclui o Banco entre os parceiros de distribuição da Cielo. Através desta parceria, o Banco utilizará a Companhia como opção de credenciadora dos seus clientes sem critérios de preferência entre qualquer das adquirentes.

✓ Bandeiras – Parceria com Amex / Sorocred / Ticket / Policard

- A Cielo celebrou, em julho, parceria com o Banco Bradesco para a captura de transações dos cartões American Express no Brasil. A American Express, presente há 28 anos no Brasil, possui atualmente mais de 400 mil estabelecimentos comerciais credenciados, com atuação destacada no segmento de Turismo & Entretenimento e mercado corporativo de cartões.
- A Cielo anunciou, ainda em julho, parceria com a Sorocred para a captura de transações. A Sorocred tem atualmente mais de 3,5 milhões de cartões emitidos e cerca de 150 mil estabelecimentos afiliados. O portfólio da Sorocred engloba cartões de crédito, cartões refeição e alimentação.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- A parceria com a Ticket, pioneira no segmento de refeição e alimentação-convênio no Brasil, foi anunciada também em julho, visando a captura das transações desta bandeira. A Ticket possui mais de 3 milhões de usuários e representa um importante complemento na nossa oferta voltada para o mercado de alimentação e refeição.
- Em setembro, a Companhia anunciou parceria com a bandeira Policard, com atuação há 15 anos nos segmentos de alimentação, refeição e administração de convênio para funcionários de empresas e órgãos públicos. Atualmente, a companhia mineira possui mais de 3 milhões de cartões emitidos e está presente em todos os estados do Brasil, com forte participação, além de Minas Gerais, em Goiás, Paraíba, Rio Grande do Norte, Espírito Santo e no interior de São Paulo. Conta com mais de 45.000 estabelecimentos credenciados.

PAGAMENTO MÓVEL

- ✓ A Cielo reforçou, em agosto de 2010, sua trajetória no negócio de pagamento móvel, com o anúncio da aquisição do controle da M4U, empresa brasileira pioneira e líder no desenvolvimento de plataformas tecnológicas tanto para recarga de celulares como para pagamentos/adquirência através de aparelhos móveis.
- ✓ A Companhia anunciou a formação de uma joint-venture com a Oi, em setembro de 2010. Este movimento faz parte de uma iniciativa muito maior, convergindo a nova empresa em especialista em aquisição de pagamentos móveis e integrando esforços do mercado financeiro, operadoras de telefonia e da Cielo, formando um modelo único, sem precedentes no mercado. A nova oferta completa as possibilidades de utilização do celular como meio de pagamento, seja na função de cartão, seja na função de POS.
- ✓ Por meio da joint-venture, a Cielo se posiciona para liderar o negócio de mobile payment no Brasil. Esta operação visa fomentar a adoção de pagamentos móveis no País e permitirá que a Cielo aumente sua penetração em segmentos hoje ainda inexplorados, principalmente pela questão de comodidade e mobilidade como, por exemplo, vendas porta a porta, serviços de entrega, táxis, feirantes e profissionais liberais. Além deste aspecto, a Cielo passa a participar diretamente ou por meio da joint-venture da aquisição de todas as transações realizadas utilizando celulares Oi na função de cartão. A joint-venture inicia operações com 75 mil estabelecimentos já cadastrados e 250 mil usuários, um legado da iniciativa Oi Paggo, e passa a contar imediatamente com a maior rede de aquisição do País.
- ✓ A Cielo contribuiu com R\$ 2 milhões para formação do capital de giro da joint-venture e não há plano de investimentos relevante, uma vez que as empresas controladoras já possuem as competências e estrutura necessárias para operar esta atividade.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

CENÁRIO MACROECONÔMICO

As expectativas para a continuidade do crescimento econômico ainda estão pautadas pela expansão da demanda interna estimulada pelo mercado de trabalho robusto e por juros e inflação sob controle. A taxa de desemprego recuou pelo quarto mês consecutivo e caiu para 6,2% em setembro, o nível mais baixo desde o início da série histórica do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que se iniciou em março de 2002.

Além disso, o poder de compra, medido pelo rendimento médio real, foi o maior já registrado, em R\$ 1.499,10, um aumento de 6,2% sobre setembro de 2009. O consumo das famílias aumentou 11,8% no segundo trimestre do ano – o período mais recente disponível – em relação aos três meses findos em julho de 2009.

Potencializada pelo aumento da renda disponível, pela queda nas taxas de juros e pela confiança do consumidor, a concessão de crédito cresceu 19,6% em setembro em relação ao mesmo mês do ano passado. Os empréstimos para pessoa física aumentaram 22,0%, enquanto a inadimplência desta categoria recuou para 6,0% em setembro, o nível mais baixo desde junho de 2005. Já os empréstimos para pessoa jurídica cresceram 18,0% em comparação a setembro de 2009. O Índice de Confiança do Consumidor (ICC), mensurado pela Fundação Getúlio Vargas, permaneceu estável em outubro em relação a setembro, mas subiu 7,6% sobre outubro de 2009, para 121,8 pontos.

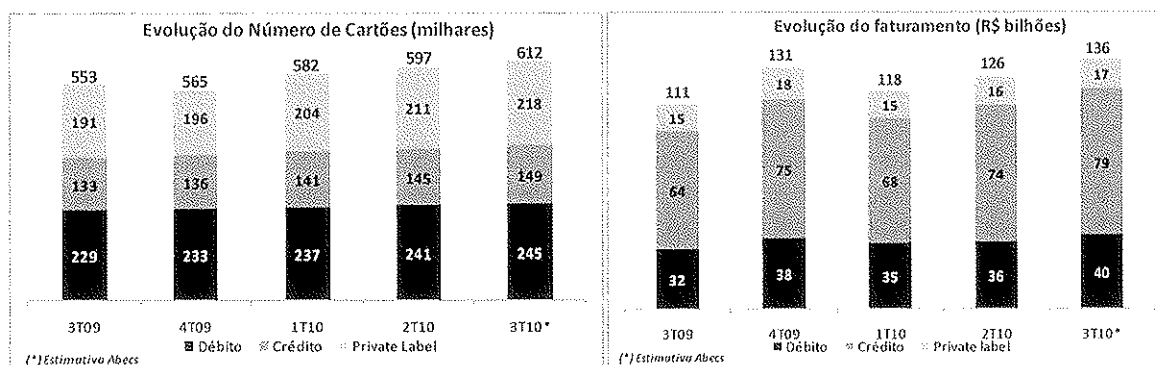
Todos estes fatores estimulam o desempenho do comércio varejista, que em agosto alcançou o maior volume de vendas para o mês desde o início da série histórica do IBGE. O volume de vendas cresceu 10,4% em relação ao mesmo mês de 2009 e 2,0% sobre julho deste ano. Em receita, as vendas no varejo aumentaram 12,8% em receita em relação ao mesmo mês de 2009 e 1,6% sobre julho. Entre janeiro e agosto, as vendas cresceram 11,3% em volume e 14,3% em receita em relação aos oito primeiros meses de 2009.

Com base neste cenário, o Banco Central projeta crescimento de 7,3% do produto interno bruto (PIB) para 2010, segundo o Relatório de Inflação divulgado em setembro. Esta estimativa permanece inalterada em relação à projeção anterior, de junho, mas é superior à projeção do BC do início do ano, de 5,8%. A média das projeções do mercado para o PIB é levemente superior à do Banco Central. Segundo o relatório Focus referente à semana finda em 29 de outubro, o mercado projeta expansão de 7,6% para o PIB de 2010.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

MERCADO DE CARTÕES

Os fatores mencionados no item anterior, Cenário Macroeconômico, propiciam a expansão da indústria brasileira de cartões, que deve ser beneficiada não somente pelo aumento da penetração dos cartões como meio pagamento, mas também pela expectativa de crescimento do acesso da população brasileira a serviços bancários, o que deve naturalmente impulsionar o uso de serviços financeiros. Em 2009, apenas 22,5% das transações no varejo foram feitas com cartões. Os dados mais recentes, referentes ao segundo trimestre, mostram que este percentual já é de 23,1% ou 1,53 pontos percentuais acima do mesmo período no ano anterior.



No 3T10, o número de cartões emitidos cresceu 10,8% em relação ao mesmo trimestre de 2009, e totalizava 612,5 milhões, incluindo os cartões *private label*, segundo a Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS). Importante mencionar que os dados referem-se às estimativas da entidade.

Deste total, 40,0% são cartões de débito, que cresceram 7,2% em quantidade em relação ao 3T09. Os cartões de débito foram responsáveis por 720,1 milhões de transações, com ticket médio de R\$ 54,97, resultando em um faturamento de R\$ 39,6 bilhões. Já os cartões de crédito representaram 58,2% do faturamento total, com R\$ 78,9 bilhões, capturados por 743,1 milhões de transações. O ticket médio das transações com cartão de crédito aumentou 7,2% em relação ao 3T09 e totalizou R\$ 106,2 no 3T10, quando a quantidade deste tipo de cartão totalizava 149,2 milhões.

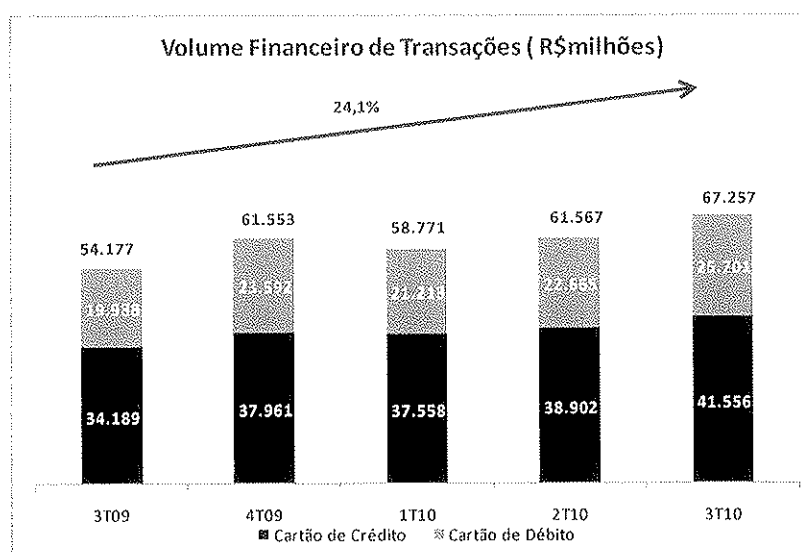
No que se refere ao mercado de cartões, a data de 01 de julho de 2010 marcou o início de um novo cenário competitivo. A partir desta data as recomendações anunciadas no dia 01 de outubro de 2009 pelo Banco Central e secretarias do Ministério da Justiça e da Fazenda, que estavam estudando o mercado de cartões no Brasil, passaram a ser atendidas. Das cinco recomendações sugeridas, três foram integralmente colocadas em prática, como a abertura no processo de afiliação, interoperabilidade do POS e maior transparência na taxa de intercâmbio. As outras duas - formação de uma bandeira nacional e neutralidade na liquidação das transações - já tiveram anunciadas iniciativas para endereçá-las.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

DESEMPENHO OPERACIONAL DO 3T10

Volume Financeiro de Transações

No 3T10, a Cielo capturou 1,038 bilhão de transações, um crescimento de 20,6% em relação ao 3T09 e de 7,5% sobre o 2T10. O volume financeiro de transações totalizou R\$ 67,3 bilhões, representando um acréscimo de 24,1% quando comparado aos R\$ 54,2 bilhões no mesmo período em 2009 e de 9,2% em relação ao 2T10.



Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 41,6 bilhões no 3T10, o que representou um crescimento de 21,5% em relação ao 3T09 e de 6,8% em relação ao 2T10. O ticket médio das transações com cartão de crédito foi de R\$ 101,33 no 3T10, 5,8% e 2,7% acima do ticket médio das transações no 3T09 e 2T10, respectivamente.

Com a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$ 25,7 bilhões no 3T10, um crescimento de 28,6% em relação ao 3T09 e de 13,4% em relação ao 2T10. O ticket médio das transações com débito foi de R\$ 58,41 no 3T10, 2,5% e 3,4% acima do ticket médio das transações no 3T09 e 2T10, respectivamente.

A partir deste trimestre, a Cielo passará a divulgar as informações de faturamento também de acordo com o critério gerencial, que considera todo o crédito parcelado no momento da compra, e não como acima exposto por parcela (critério contábil). Com tais informações, a comparação dos nossos números com os divulgados pela Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviços (ABECS) se tornará mais fácil. Segue abaixo a tabela com as informações:

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Faturamento Gerencial (R\$ Milhões)	3T10	3T09	2T10	3T10/3T09	3T10/2T10
Faturamento Crédito	41.153,0	34.512,0	39.637,8	19,2%	3,8%
Faturamento Débito	25.701,2	19.988,0	22.665,5	28,6%	13,4%
Faturamento Total	66.854,1	54.500,0	62.303,3	22,7%	7,3%

Cobertura Geográfica e Estabelecimentos Atendidos

Presente em todo o território nacional, a Cielo encerrou o trimestre em 5.460 dos 5.565 municípios brasileiros, uma cobertura de 98,1%, ante 97,9% no 2T10.

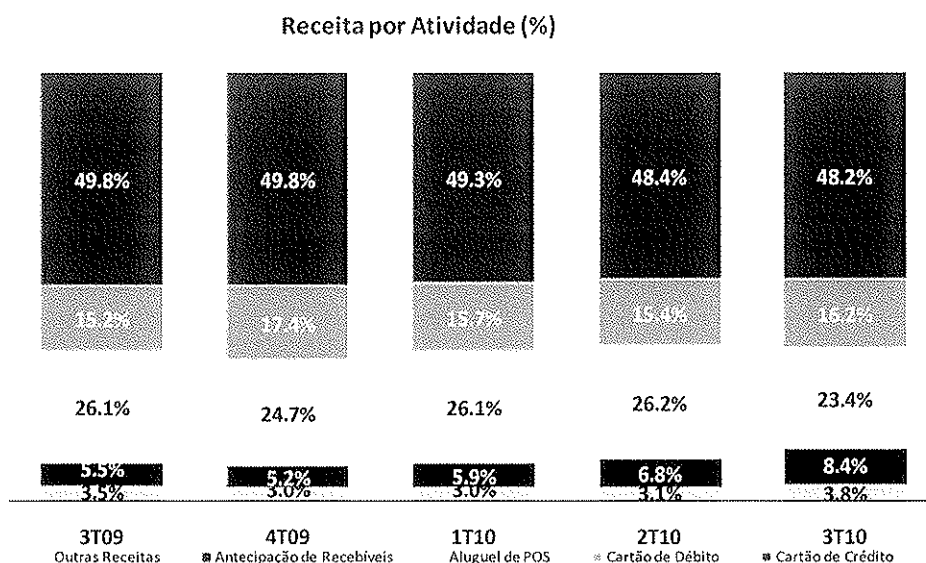
O número de estabelecimentos comerciais credenciados ativos totalizava 1,147 milhão ao final do 3T10, o que representa uma redução de 0,5% sobre o 2T10 e um crescimento de 5,5% sobre o 3T09. São considerados ativos aqueles estabelecimentos que fizeram pelo menos uma transação nos últimos 60 dias.

ESTABELECEMENTOS CREDENCIADOS	3T10	3T09	2T10	3T10/3T09	3T10/2T10
Estabelecimentos Ativos em 180 dias (mil)	1.250	1.162	1.235	7,6%	1,2%
Estabelecimentos Ativos em 60 dias (mil)	1.147	1.088	1.153	5,5%	-0,5%

DESEMPENHO FINANCEIRO

Receita Operacional + Antecipação de Recebíveis (Líquida)

As principais fontes de receitas da Cielo são decorrentes da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, além das receitas com aluguel de POS e de antecipação de recebíveis aos seus clientes. A evolução da importância relativa de cada uma dessas fontes pode ser verificada abaixo:

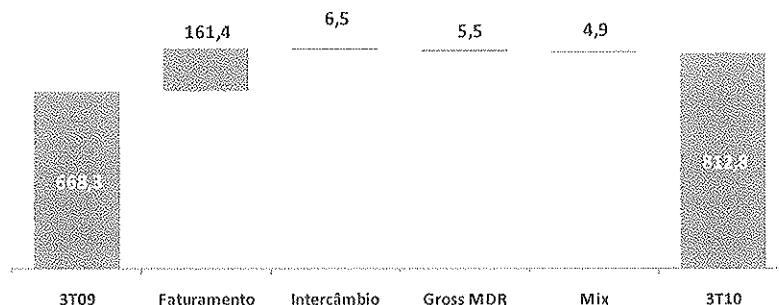


12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

No 3T10, a receita operacional líquida acrescida da receita líquida proveniente das operações de antecipação de recebíveis totalizou R\$ 1,137 bilhão, um crescimento de 23,0% sobre o mesmo período de 2009 e de 8,4% em relação ao 2T10.

- A receita de **comissões** de crédito e débito totalizou R\$ 812,8 milhões no 3T10, 21,6% superior ao mesmo período de 2009. O aumento de R\$ 144,5 milhões deve-se aos seguintes fatores:
 - Aumento de R\$ 161,4 milhões em função da elevação no volume financeiro de 24,1%;
 - Redução de R\$ 6,5 milhões em função do aumento de intercâmbio;
 - Redução de R\$ 5,5 milhões em função da redução do gross MDR;
 - Redução de R\$ 4,9 milhões em função da modificação do mix de produtos (maior crescimento de débito vs crédito).

Receita de Comissão Total (R\$ milhões)



Com relação ao 2T10, a receita total de comissões apresentou um aumento de 9,6%, ou R\$ 71,5 milhões, em função dos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 68,5 milhões em função do aumento de 9,2% no volume faturado;
- Aumento de R\$ 21,6 milhões devido à redução do montante pago aos bancos como incentivos e redução de intercâmbio;
- Redução de R\$ 12,6 milhões, em função da queda no gross MDR;
- Redução de R\$ 6,0 milhões em função da variação do mix de produtos (crescimento do débito vs crédito).

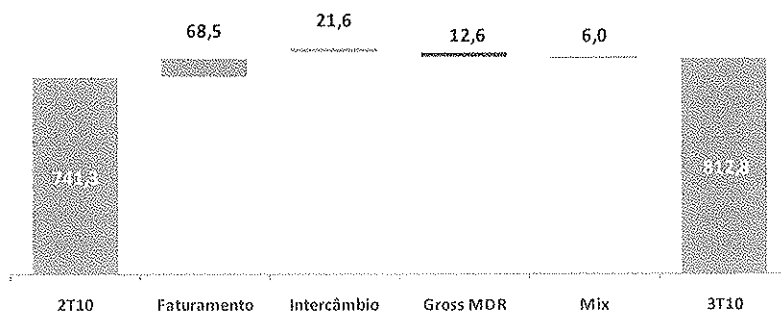
02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

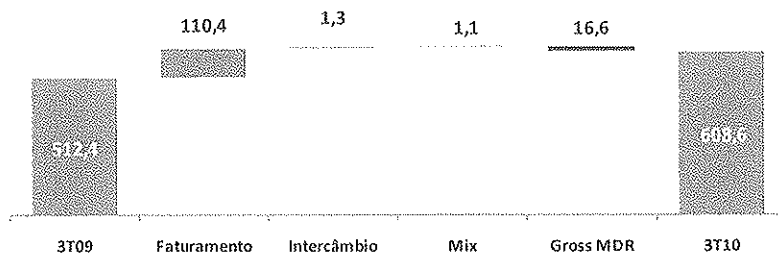
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Receita de Comissão Total (R\$ milhões)



- A receita de transações com **cartão de crédito** totalizou R\$ 608,6 milhões no 3T10, 18,8% superior à do 3T09, que foi de R\$ 512,4 milhões. O aumento de R\$ 96,2 milhões deve-se aos seguintes fatores:
 - Aumento de R\$ 110,4 milhões em função do aumento de 21,5% no volume faturado;
 - Aumento de R\$ 1,3 milhão devido à redução de intercâmbio;
 - Aumento de R\$ 1,1 milhão em função da variação do mix de produtos (crescimento do crédito parcelado vs crédito regular);
 - Redução de R\$ 16,6 milhões, em função da queda no gross MDR.

Crédito (R\$ milhões)



02173-3

CIELO S.A.

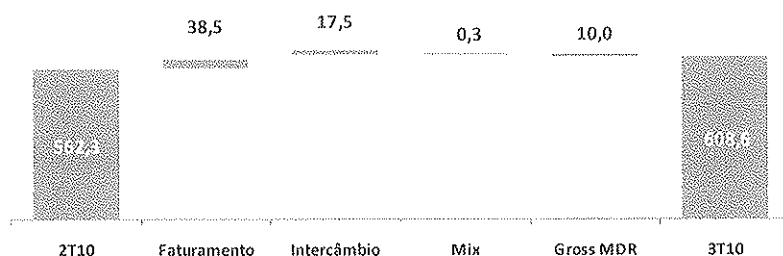
01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Com relação ao 2T10, a receita com cartão de crédito cresceu 8,2%. Novamente, este aumento de R\$ 46,3 milhões deve-se aos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 38,5 milhões em função do aumento de 6,8% no volume faturado;
- Aumento de R\$ 17,5 milhões devido à redução do montante pago aos bancos como incentivos e redução de intercâmbio;
- Aumento de R\$ 0,3 milhão em função da variação do mix de produtos (crescimento do crédito parcelado vs crédito regular);
- Redução de R\$ 10,0 milhões, em função da queda no gross MDR.

Crédito (R\$ milhões)



- A receita de transações com **cartão de débito** cresceu 30,9% quando comparada ao mesmo período de 2009, alcançando R\$ 204,2 milhões. O aumento de R\$ 48,2 milhões é reflexo dos seguintes fatores:
 - Aumento de R\$ 44,6 milhões em função do aumento de 28,6% no volume faturado;
 - Aumento de R\$ 5,5 milhões em função da variação do mix de produtos (crescimento mais forte do débito vs AgroCard);
 - Aumento de R\$ 0,6 milhão, em função do aumento no gross MDR;
 - Redução de R\$ 2,4 milhões devido ao aumento de intercâmbio.

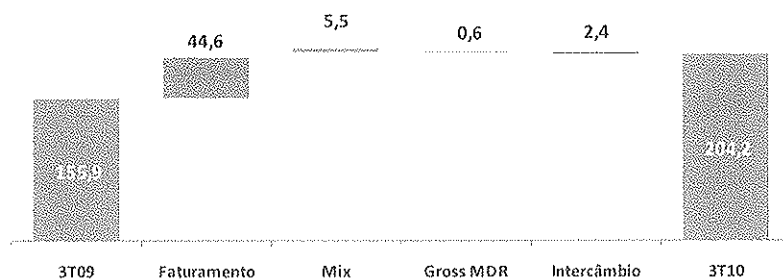
02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

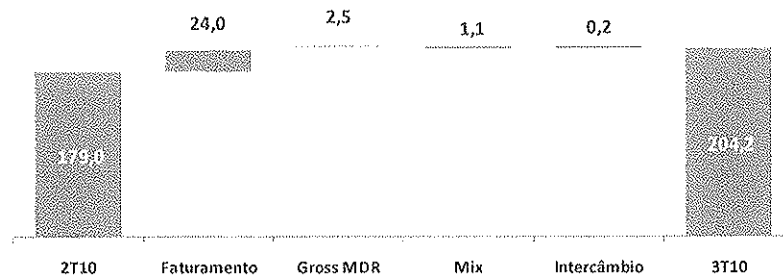
Débito (R\$ milhões)



Em comparação ao 2T10, a receita com cartão de débito aumentou 14,0%. Este crescimento de R\$ 25,1 milhões foi consequência dos seguintes fatores:

- Aumento de R\$ 24,0 milhões em função do aumento de 13,4% no volume faturado;
- Aumento de R\$ 2,5 milhões em função do aumento do gross MDR;
- Redução de R\$ 1,1 milhão em função da variação do mix de produtos (maior participação do AgroCard);
- Redução de R\$ 0,2 milhão devido à redução do montante pago aos bancos como incentivos e redução de intercâmbio.

Débito (R\$ milhões)



02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- A receita de **aluguel de equipamentos** (POS) atingiu R\$ 295,7 milhões, 10,3% superior ao registrado no mesmo período de 2009. Analisando o parque total de equipamentos de captura, observa-se crescimento de 8,2% da base e aumento de 2,3% no preço médio de aluguel.

R\$ (mil)	2T09	3T09	2T10	2T10/3T09	2T10/2T09
# POS Total	1.657	1.532	1.606	8,2%	3,2%
Aluguel Médio (R\$/POS Instalado)	59,5	58,2	63,1	2,3%	-5,7%
Receita de Aluguel de Equipamentos (R\$ milhões)	295,7	268,1	304,1	10,3%	-2,8%

Em comparação ao 2T10, a receita de aluguel de equipamentos foi 2,8% inferior em função da redução do preço do aluguel praticado em alguns estabelecimentos, como parte do programa de retenção, implementado a partir de 1º de julho. Esta queda foi parcialmente compensada pelo aumento de 3,2% na quantidade total de equipamentos e também pelo aumento de representatividade de equipamentos WiFi/GPRS no parque total, que propiciam um maior valor de aluguel.

- A linha de **Outras Receitas** totalizou R\$ 47,9 milhões, um aumento de 33,4% quando comparado ao mesmo período de 2009. Este aumento de R\$ 12,0 milhões é justificado pela inclusão da receita de R\$ 8,0 milhões da controlada M4U, adquirida no período, e pelo crescimento de R\$ 3,8 milhões na receita da Orizon. Em relação ao 2T10, **Outras Receitas** apresentou crescimento de 32,2% pelas mesmas razões que explicam a variação na comparação com o mesmo período do ano anterior.

Antecipação de Recebíveis

O volume financeiro de transações antecipadas no 3T10 - o quinto consecutivo de crescimento - totalizou R\$ 2,7 bilhões, representando 6,4% da carteira total de crédito. A receita excluindo ajustes somou R\$ 113,3 milhões no trimestre, representando um crescimento de 127,8% em relação ao 3T09 e 16,7% em relação ao segundo trimestre de 2010.

Antecipação de Recebíveis	1T09	2T09	3T09	4T09	1T10	2T10	3T10
% Antecipação s/ Volume Financeiro de Crédito	5,6%	4,6%	4,7%	5,3%	5,8%	6,3%	6,4%
Volume Financeiro das Antecipações (R\$ Milhões)	1.700,0	1.466,5	1.604,7	2.009,4	2.193,3	2.460,4	2.669,7
Prazo Médio (dias)	51,3	48,5	54,5	61,6	66,1	69,7	72,01
Receita de Antecipação excluindo Ajustes (R\$ Milhões)	56,6	46,3	49,7	65,5	73,3	97,1	113,3

A taxa média do volume financeiro das antecipações, feitas desde o 3T09, foi de 13,6%, e da receita, excluindo ajustes, de 22,9% na mesma análise.

A receita líquida de antecipação de recebíveis no 3T10 totalizou R\$ 106,4 milhões, 87,4% maior que a do 3T09 e 34,9% maior do que no 2T10.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O ticket médio destas operações ao longo do 3T10 foi de R\$ 2,5 mil, enquanto no 3T09 este valor era de R\$ 3,4 mil, e, no 2T10, de R\$ 2,6 mil. Outro fator de destaque no produto de prepagamento é o alongamento do prazo médio, que saltou de 54,5 dias ao final de setembro de 2009 para 72,0 dias ao final deste trimestre, comparado a 69,7 dias no 2T10.

Com quase dois anos de operação, aproximadamente 75% da quantidade de operações de antecipação de recebíveis são realizadas de forma automática, por meio dos canais de URA (telefone), do website e automático (frequência de antecipação pré-definida), o que demonstra a evolução do negócio dentro do portfólio de produtos oferecidos pela Companhia.

Custo dos Serviços Prestados

O custo dos serviços prestados foi superior em 29,8%, ou R\$ 72,7 milhões, totalizando R\$ 317,1 milhões no terceiro trimestre de 2010, comparado a R\$ 244,3 milhões no mesmo período de 2009. Este aumento foi basicamente composto de :

- ✓ 49,3%, ou R\$ 35,8 milhões, em função do aumento do volume;
- ✓ 31,5%, ou R\$ 22,9 milhões, em função do aumento de fees de bandeira, parte em função do aumento de tarifas (R\$ 15,7 milhões) e parte em função do aumento do volume (R\$ 7,2 milhões);
- ✓ 15,3%, ou R\$ 11,1 milhões, referentes à depreciação de equipamentos de captura (POS), justificado pelo crescimento de 8,2% no parque, pela redução em sua idade média e pela mudança do mix de equipamentos, com mais terminais wireless, que apresentam valores mais elevados;
- ✓ 3,9%, ou R\$ 2,9 milhões, devido aos projetos relacionados ao cenário multibandeira.

Já considerando o impacto do aumento das tarifas da bandeira, o custo unitário por transação no 3T10 foi de R\$ 0,306, valor 7,6% maior em comparação ao mesmo período de 2009, que foi de R\$ 0,284. Considerando a estrutura de tarifa equivalente ao 3T09, o custo unitário teria aumentado 2,3%, situando-se em R\$ 0,290 por transação.

Na análise comparativa com o 2T10, o custo dos serviços prestados foi R\$ 59,6 milhões superior no 3T10, ou 23,2%. Este aumento foi basicamente composto de :

- ✓ 21,9%, ou R\$ 13,1 milhões, em função do aumento do volume;
- ✓ 30,9%, ou R\$ 18,4 milhões, em função do aumento de fees de bandeira, principalmente devido ao aumento de tarifas (R\$ 15,7 milhões), e parte em função do aumento do volume (R\$ 2,7 milhões);
- ✓ 4,9%, ou R\$ 2,9 milhões, referentes à depreciação de equipamentos de captura (POS), justificado pelo crescimento de 8,2% no parque, pela redução em sua idade média e pela mudança do mix de equipamentos, com mais terminais wireless, que apresentam valores mais elevados;

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

- ✓ 42,3%, ou R\$ 25,2 milhões, devido aos projetos relacionados ao cenário multibandeira, principalmente call center e custos logísticos.

O custo unitário por transação no 3T10 foi 14,5% superior ao do 2T10, que foi de R\$ 0,267. Considerando a estrutura de tarifa equivalente ao 2T10, o custo unitário teria aumentado 8,9%, situando-se em R\$ 0,290 por transação.

Despesas Operacionais

As despesas operacionais aumentaram R\$ 17,2 milhões, ou 18,7%, para R\$ 108,8 milhões no trimestre findo em 30 de setembro de 2010, comparado a R\$ 91,7 milhões no mesmo período de 2009. A principal despesa que impactou este aumento foi marketing, que apresentou crescimento significativo no trimestre, como mencionamos abaixo. Com relação ao 2T10, o aumento foi de 6,1%, ou R\$ 6,3 milhões principalmente em função das despesas gerais e administrativas.

As **despesas de pessoal** aumentaram 22,3% em relação ao 3T09, para R\$ 42,8 milhões, devido à parte variável da remuneração de pessoal, representada pelo plano de participação nos resultados e *stock option*, o que reflete o novo posicionamento estratégico adotado pela Companhia para atração e retenção de colaboradores. Além disso, o reajuste nos salários de 6,0%, definido pelo acordo com o sindicato em agosto de 2010, também contribuiu para este incremento bem como o aumento do quadro de pessoal em 2,0%. Em relação ao 2T10, as despesas de pessoal aumentaram 13,1%, em função do aumento do quadro de pessoal em 3,6%, do aumento da remuneração variável e do dissídio salarial.

As **despesas gerais e administrativas** reduziram em 7,4% em relação ao 3T09, para R\$ 38,4 milhões principalmente em função de menores despesas na rubrica de serviços prestados por terceiros. Em relação ao 2T10, as despesas gerais e administrativas aumentaram 43,6%, ou R\$ 11,7 milhões, dos quais aproximadamente R\$ 5 milhões devido à reversão de provisão, não recorrente, realizada no 2T10.

As **despesas de marketing** aumentaram 36,7% em relação ao 3T09, para R\$ 27,8 milhões, em função do aumento das despesas com marketing institucional devido à mudança do nome para Cielo e consequente necessidade de posicionamento da nova marca, além da campanha publicitária lançada no início deste ano, preparando para o momento de transição do mercado a partir de 1º de julho de 2010. As despesas de marketing representaram 2,4% da receita líquida incluindo antecipação de recebíveis no 3T10. Em comparação ao 2T10, as despesas de marketing diminuíram 22,7%, principalmente pela redução das campanhas no momento pós-cenário multi-adquirência.

Outras despesas operacionais líquidas diminuíram 84,8% em relação ao 3T09, para uma receita de R\$ 1,0 milhão no 3T10 comparada a receita de R\$ 6,5 milhões no 3T09. Quando comparada ao 2T10, esta rubrica apresentou uma variação de R\$ 2,3 milhões, saindo de uma despesa de R\$ 1,3 milhão no 2T10

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

EBITDA Ajustado

O EBITDA ajustado totalizou R\$ 760,6 milhões no 3T10, crescimento de 20,9% em relação ao 3T09 e 3,4% sobre o 2T10. O EBITDA ajustado corresponde ao lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro, exceto os ganhos líquidos nas operações de antecipação de recebíveis.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro, excluindo-se a operação de antecipação de recebíveis, diminuiu R\$ 5,5 milhões, para R\$ 4,9 milhões, no trimestre findo em 30 de setembro de 2010. Tal redução deve-se principalmente ao menor saldo médio aplicado no trimestre, em função do aumento da operação de antecipação de recebíveis. Em relação ao 2T10, o resultado financeiro apresentou variação de despesa de R\$ 1,7 milhão para receita de R\$ 4,9 milhões.

Lucro Líquido

O lucro líquido atingiu R\$ 488,1 milhões no 3T10, aumento de 23,0% quando comparado ao mesmo período de 2009. Em relação ao 2T10, o aumento do lucro líquido foi de 6,6%.

MERCADO DE CAPITAIS

Composição Acionária

As ações da Cielo S.A. estrearam na BM&FBovespa no dia 29/07/2009, no Novo Mercado, inicialmente sob o código VNET3 e, desde o dia 18 de dezembro de 2009, em função da alteração na razão social da Companhia, são negociadas sob o novo código CIEL3. As ações da Cielo atualmente são integrantes do Índice Bovespa (Ibovespa), Índice Brasil (IBrX), Índice Brasil 50 (IBrX-50), Índice de Governança Corporativa Diferenciada (IGC), Índice de Ações com Tag Along Diferenciado (ITAG) e Índice Financeiro (IFNC).

Após alienação da participação do Grupo Santander Espanha na Cielo, o Banco Bradesco e o Banco do Brasil passaram a deter, cada um, 28,6% do capital social da Companhia. A conclusão desta operação foi anunciada em 13/07/2010.

Composição Acionária	Ações Ordinárias	%
Acionistas Controladores	781.973.371	57,3%
<i>Banco Bradesco</i>	<i>390.986.637</i>	<i>28,6%</i>
<i>Banco do Brasil</i>	<i>390.986.734</i>	<i>28,6%</i>
Em circulação	578.262.182	42,4%
Tesouraria	4.548.247	0,3%
Total de ações	1.364.783.800	100,0%

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

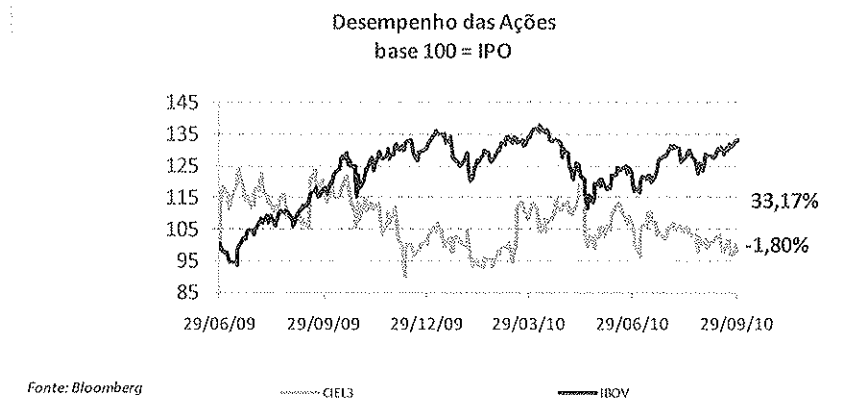
12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

O capital social da Companhia é representado por 1,36 bilhão de ações ordinárias, das quais 578,2 milhões estão em circulação no mercado, representando um free float de 42%.

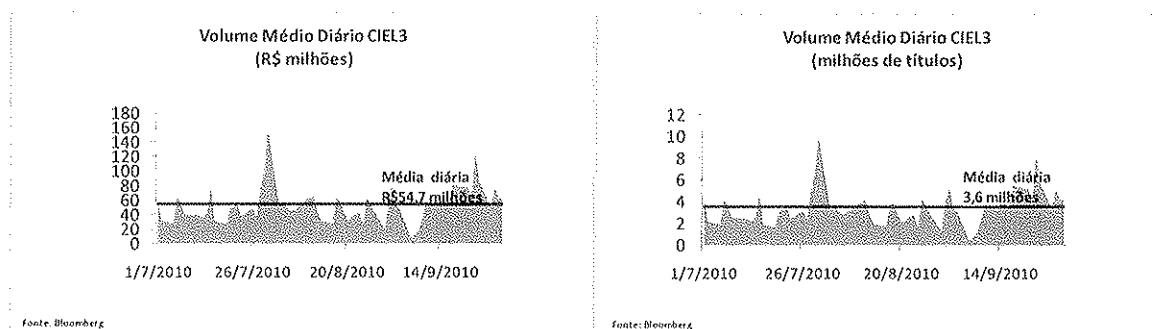
Atualmente, a Cielo conta com a cobertura de 25 corretoras nacionais e internacionais.

Desempenho das Ações

No 3T10, enquanto o Ibovespa valorizou 13,4%, as ações da Cielo apresentaram desvalorização de 1,9%. No dia 30 de setembro de 2010, os papéis CIEL3 fecharam cotados a R\$ 14,73/ação, representando um valor de mercado de R\$ 20,1 bilhões. Desde a sua listagem, em 29/06/2009, até 30/09/2010 as ações da Cielo estiveram presentes em 100% dos pregões e acumularam desvalorização de 1,8%, enquanto o Ibovespa valorizou-se em 33,2%.



O volume médio diário negociado no período entre julho e setembro de 2010 totalizou 3,6 milhões de ações, com 311,9 mil negócios, com um volume médio diário de R\$ 54,7 milhões, representando 0,6% do *free float*. Desde o IPO, o volume médio diário negociado foi de 5,8 milhões de ações, em 1,7 milhão de negócios, representando um volume médio diário negociado de R\$



95,1 milhões, ou 1,1% do *free float*.

02173-3

CIELO S.A.

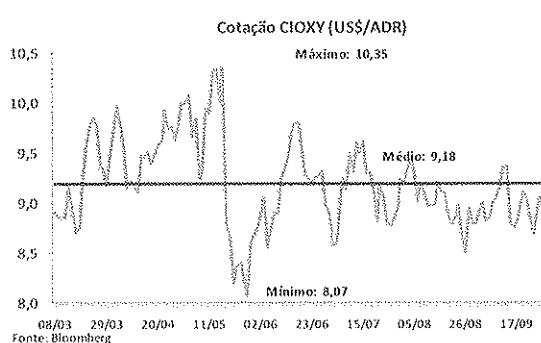
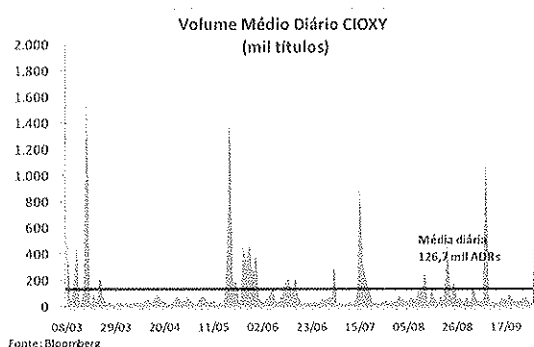
01.027.058/0001-91

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Programa de ADR Nível 1

Em 22/02/2010, a Cielo anunciou o lançamento do seu programa de ADR (American Depositary Receipts) Nível 1. Os títulos são negociados no mercado de balcão (over-the-counter - OTC) sob o código CIOXY e cada ADR representa uma ação ordinária da Companhia. O Deutsche Bank Trust Company Americas é a instituição depositária dos referidos recibos.

Até o dia 30/09/2010, a Companhia havia registrado 10.955.092 ADRs emitidos e 78.474 cancelamentos no mercado americano, com um volume médio diário negociado de 126,7 mil títulos a um preço médio de US\$ 9,18/ADR.



Governança Corporativa

A Companhia adota uma postura ética, responsável e transparente na administração dos negócios e busca aperfeiçoar seu padrão de governança corporativa de acordo com as melhores práticas de mercado, com o objetivo de preservar o direito dos acionistas, por meio de um tratamento equitativo, claro e aberto.

No dia 27/09/2010, a Companhia, com o intuito de assegurar a transparência na negociação de valores mobiliários de sua emissão, especialmente por parte de seus acionistas controladores, empregados e membros ligados à administração, visando a evitar a utilização de informações privilegiadas, divulgou sua Política de Negociação de Valores Mobiliários, disponível no website (www.cielo.com.br/ri), na seção Governança Corporativa > Política de Negociação de Valores Mobiliários.

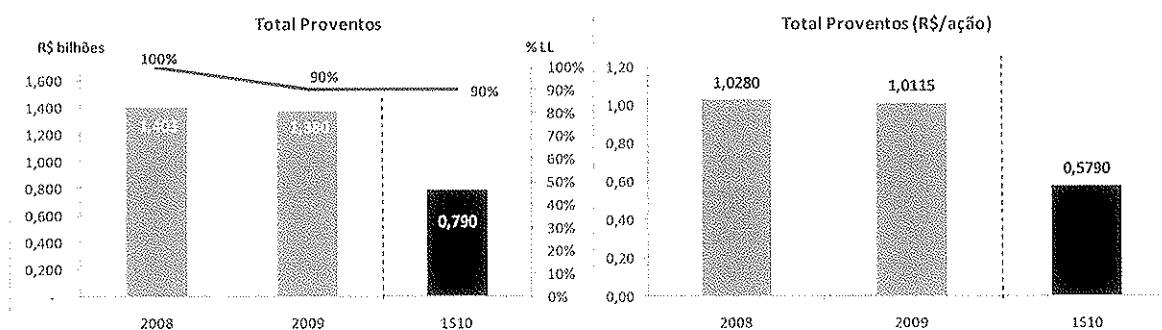
Dividendos

A política de dividendos da Cielo assegura estatutariamente a distribuição de dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O eventual saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral.

Além disso, de acordo com comunicado divulgado em setembro de 2009, a Companhia passou a adotar dois pagamentos de dividendos anuais - um em março e outro em setembro.

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Em Reunião do Conselho de Administração realizada no dia 01/09/2010, foi aprovada a distribuição de 90% do saldo do resultado do semestre findo de 30/06/2010. Estes proventos foram distribuídos no dia 30/09/10 na forma de dividendos e juros sobre capital próprio (JCP), no montante de R\$ 790.139.281,48, dos quais R\$ 16.198.502,01 foram pagos como JCP e R\$ 773.940.779,47 foram distribuídos como dividendos. O montante pago é equivalente a R\$ 0,0101/ação a título de JSC, já deduzido o imposto de renda na fonte de 15%, e R\$ 0,5689/ação a título de dividendos, totalizando R\$ 0,5790/ação.



RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o 3T10 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da Deloitte Touche Tomatsu Auditores Independentes.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2010, não foram prestados pelos auditores independentes, e partes a eles relacionadas serviços não relacionados à auditoria externa.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, EBITDA ajustado, margem EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários e investimentos totais e demonstração do resultado ajustada não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (Posição em 30/09/2010)				
Acionista	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Controlador	781.973.371	57,2965%	781.973.371	57,2965%
Administradores	906	0,0001%	906	0,0001%
Conselho de Administração	906	0,0001%	906	0,0001%
Diretoria	0	0,0000%	0	0,0000%
Conselho Fiscal	0	0,0000%	0	0,0000%
Ações em Tesouraria	4.548.247	0,3333%	4.548.247	0,3333%
Outros Acionistas	578.261.276	42,3702%	578.261.276	42,3702%
Total	1.364.783.800	100,0000%	1.364.783.800	100,0000%
Ações em Circulação	578.261.276	42,3702%	578.261.276	42,3702%

*A Sociedade está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO (Posição em 30/09/2009)				
Acionista	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Controlador	781.847.415	57,2873%	781.847.415	57,2873%
Administradores	405	0,0000%	405	0,0000%
Conselho de Administração	405	0,0000%	405	0,0000%
Diretoria	0	0,0000%	0	0,0000%
Conselho Fiscal	0	0,0000%	0	0,0000%
Ações em Tesouraria	-	-	-	-
Outros Acionistas	582.935.980	42,7127%	582.935.980	42,7127%
Total	1.364.783.800	100,0000%	1.364.783.800	100,0000%
Ações em Circulação	582.935.980	42,7127%	582.935.980	42,7127%

*A Sociedade está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DE CADA ESPÉCIE E CLASSE DA COMPANHIA (Posição em 30/09/2010)				
Acionistas	Ações ordinárias		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Columbus Holding S.A.	390.986.637	28,6482	390.986.637	28,6482
BB Banco de Investimento S.A.	390.986.734	28,6483	390.986.734	28,6483
Capital Research and Management Company*	86.651.100	6,3491	86.651.100	6,3491
Lazard Asset Management LLC*	136.496.693	10,0013	136.496.693	10,0013
Outros Acionistas	359.662.636	26,3531	359.662.636	26,3531
Total	1.364.783.800	100,0000	1.364.783.800	100,0000

*Empresas sediadas nos Estados Unidos. As participações são referentes a fundos geridos ou carteiras administradas pelas empresas.

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DA PESSOA FÍSICA (Posição em 30/09/2010)						
Columbus Holding S.A.	Ações ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Banco Bradesco S.A.	535.796.738	100,0000	-	-	535.796.738	100,0000
Total	535.796.738	100,0000	-	-	535.796.738	100,0000
Banco Bradesco S.A.	Ações ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Fundação Bradesco	264.933.000	15,4600	15.453.000	0,9000	280.386.000	8,1800
CIDADE DE DEUS CIAL DE PARTICIPAÇÕES	740.086.000	43,1900	374.000	0,0200	740.460.000	21,6100
Outros	708.524.000	41,3500	1.697.716.000	99,0800	2.406.240.000	70,2100
Total	1.713.543.000	100,0000	1.713.543.000	100,0000	3.427.086.000	100,0000
CIDADE DE DEUS CIAL DE PARTICIPAÇÕES	Ações ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Lina Maria Aguiar	525.937.212.000	8,5100	-	-	525.937.212.000	8,5100
Lia Maria Aguiar	433.176.868.000	7,0100	-	-	433.176.868.000	7,0100
NOVA CIDADE DE DEUS PARTICIPAÇÕES S.A.	2.774.898.354.000	44,9100	-	-	2.774.898.354.000	44,9100
Fundação Bradesco	2.051.683.315.000	33,2000	-	-	2.051.683.315.000	33,2000
Outros	393.748.835.000	6,3700	-	-	393.748.835.000	6,3700
Total	6.179.444.584.000	100,0000	-	-	6.179.444.584.000	100,0000

DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL DA PESSOA JURÍDICA (ACIONISTA DA COMPANHIA) ATÉ O NÍVEL DA PESSOA FÍSICA (Posição em 30/09/2010)						
BB Banco de Investimento S.A.	Ações ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Banco do Brasil S.A.	3.249.378	100,0000	-	-	3.249.378	100,0000
Total	3.249.378	100,0000	-	-	3.249.378	100,0000
Banco do Brasil S.A.	Ações ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%	Quantidade (unidades)	%
Fundo de Investimento Caixa Garantia Construção Naval Multimercado	45.000.000	1,8000	-	-	45.000.000	1,8000
Fundo Garantidor para Investimentos	7.500.000	0,3000	-	-	7.500.000	0,3000
Fundo de Investimento Caixa FGH ab Multimercado	1.675.000	0,1000	-	-	1.675.000	0,1000
Secretaria do Tesouro Nacional	1.333.734.063	51,9000	-	-	1.333.734.063	51,9000
Fundo Garantidor à Exportação	229.400.000	8,9000	-	-	229.400.000	8,9000
Fundo Garantidor das Parcerias Público Privadas	60.000.000	2,2700	-	-	60.000.000	2,2700
Outros	892.560.488	34,7300	-	-	892.560.488	34,7300
Total	2.569.869.551	100,0000	-	-	2.569.869.551	100,0000

02173-3

CIELO S.A.

01.027.058/0001-91

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Cielo S.A.
Barueri - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Cielo S.A. ("Sociedade") e suas controladas, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo o balanço patrimonial consolidado, as demonstrações do resultado consolidado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade da Administração da Sociedade e de suas controladas.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Sociedade e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a posição financeira e as operações da Sociedade e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com a norma internacional de contabilidade IAS 34 - Demonstração Intermediária, emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB".
4. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos significativos, das práticas contábeis de acordo com o padrão contábil internacional emitido pelo IASB. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras consolidadas.

São Paulo, 27 de outubro de 2010 (3 de novembro de 2010 para a nota explicativa nº 34)

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Walter Dalsasso
Contador
CRC nº 1 SP 077516/O-9

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02173-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CIELO S.A.	3 - CNPJ 01.027.058/0001-91
---------------------------	--------------------------------------	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLuíDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	4
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	5
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	7
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	9
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	11
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	12
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	13
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	62
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	80
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	82